



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO

SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022

ATA N.º 5/2022

(CONTÉM 74 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de 20 de dezembro de 2022, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no miniauditório municipal, pelas dez horas e trinta minutos, com a seguinte ordem do dia:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações;
- 2 - Período antes da ordem do dia;
- 3 - Aprovação da ata da sessão realizada a 28 de setembro de 2022;
- 4 - Despacho de revogação do Regulamento Interno de Atribuição de Pré-Reforma na Situação de Suspensão de Prestação de Trabalho;
- 5 - Projeto de Regulamento de Redução e Isenção de Derrama do Município de Miranda do Douro;
- 6 - Derrama Municipal – Período de Tributação 2022;
- 7 - Autorização para execução de projeto com financiamento por Empréstimo Quadro (EQ) celebrado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento (BEI) – Linha BEI PT 2020 – Autarquias – Zona Industrial do Planalto Mirandês;
- 8 - Proposta – Operação NORTE-02-0853-FEDER – Zona Industrial do Planalto Mirandês – Pedido de financiamento EQ BEI – PT 2020 – Autarquias;
- 9 - Apresentação da linha de alta velocidade Porto-Vila Real-Bragança-Zamora, pela Associação Vale d'Ouro;
- 10 - Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e de Recrutamento;
- 11 - Assunção de compromissos plurianuais – Orçamento para o ano 2023 – Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal;
- 12 - Delegação de competências no Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro, no domínio da Educação – Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro;



A

- 13 - Proposta de alteração da Imagem de Marca do Município;
- 14 – Minuta de Protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Vila Chã da Braciosa, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações;
- 15 - Minuta de Protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Palaçoulo, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013 de 12 de setembro, com as posteriores alterações;
- 16 - Minuta de Protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a União de Freguesias de Ifanes e Paradela, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013 de 12 de setembro, com as posteriores alterações;
- 17 - Minuta de Protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Miranda do Douro, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013 de 12 de setembro, com as posteriores alterações;
- 18 - Minuta de Protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Picote, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013 de 12 de setembro, com as posteriores alterações;
- 19 - Minuta de Protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a União de Freguesias de Silva e Águas-Vivas, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013 de 12 de setembro, com as posteriores alterações;
- 20 - Minuta de Protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Genísio, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013 de 12 de setembro, com as posteriores alterações;
- 21 - Minuta de protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a União de Freguesias de Constantim e Cicouro, no âmbito das atribuições e competências



A

conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações;

22 - Minuta de protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia da Póvoa, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações;

23 - Minuta de protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Malhadas, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações;

24 - Minuta de protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações.

25 – Pedido de colocação de sinalização de trânsito solicitado pelo requerente João Filipe de Rodrigues da Silva e Ferreira França – Rua Rainha D. Catarina – Freguesia de Miranda do Douro;

26 – Pedido de sinalização – Colocação de almofada redutora de velocidade nas aldeias de Águas-Vivas e do Palancar;

27 – Pedido de colocação de sinalização de trânsito proposto pela Divisão de Ambiente e Gestão Urbana da Câmara Municipal – Largo da Sé – Freguesia de Miranda do Douro;

28 – Modificação objetiva do contrato de conceção, construção e prestação de serviços relativos à exploração e gestão de um sistema de remoção e tratamento de resíduos sólidos urbanos, celebrado com a Ferrovia Serviços, S.A., em 23 de maio de 2000 – Segunda modificação do contrato;

29 - Apreciação da informação a prestar pela Sr.ª Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Óscar João Atanásio Afonso, António Manuel Marques dos Santos, Pedro Velho Ferreira, Maria Virgínia Lopes Preto, Marisa Cristina Torrado Ortega, Paulo Augusto Rodrigues Barbosa, Cristina Martins, Eduardo Luís Tiago B. Sanches da Gama, Marisa Pardal Lavrador, Vera Lúcia Alves Ruano, Fernando Vaz das Neves, Emanuel Pinto Bernardo, Urbino Anjos Correia, Bárbara



Alexandra Couto Fráguas, Carlos Eduardo Córdova Pera, José Marcelino Antão, Camilo António Vaz das Neves Raposo, Francisco José Carvalho Parreira, Galdino Manuel Fernandes Raimundo, António Jorge Jacoto Lourenço, António José Fernandes Ribeiro, Lísis Fernandes Gonçalves, Tiago Filipe Fernandes Martins, Nélio Miguel Seixas, Luís Miguel Poço Santiago, Silvino Francisco Preto Silva, António Preto Mamede.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros:

Júlio Ricardo Gonçalves Miguel, tendo a sua falta sido justificada.

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo:

Helena Maria da Silva Ventura Barril, Nuno Marcos Rodrigues, Vítor Manuel Vaz Bernardo e Carlos do Nascimento Ferreira.

Constatou-se a ausência do seguinte membro do Órgão Executivo:

Júlio Meirinhos Santana.

Comprovada a presença de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Óscar João Atanázio Afonso, declarou aberta a sessão eram dez horas e trinta e cinco minutos.

O **Presidente da Assembleia Municipal** principiou apresentando os seus cumprimentos às Senhoras Deputadas e aos Senhores Deputados, aos Senhores Presidentes de Junta e ao Executivo Camarário. Cumprimentou, também, os elementos da Associação Vale d'Ouro, em particular o Engenheiro Alberto Aroso, por se terem prontificado a estar presentes e a apresentar o trajeto de alta velocidade que propõem para implementar em Trás-os-Montes, ou seja, a ligação Porto - Vila Real - Bragança - Zamora.

Proseguiu propondo a inserção de alguns assuntos na ordem de trabalhos, sob proposta do Órgão Executivo do Município, os quais passam a ser indicados:

- Minuta de protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a União de Freguesias de Constantim e Cicouro, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações;



38

A

- Minuta de protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia da Póvoa, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações;

- Minuta de protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Malhadas, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações;

e

- Minuta de protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações.

Os membros presentes na sessão foram unânimes quanto à inserção dos assuntos suprarreferidos na ordem do dia, sob os números de ordem, respetivamente, 21, 22, 23 e 24.

Passou para a ordem de trabalhos, começando pelas informações, e, nesse sentido, perguntou se alguém tinha informações relevantes a prestar sobre o Concelho. Tendo em conta o grande número de pontos de ordem, pediu aos intervenientes celeridade na apresentação e discussão dos temas.

1. Informações.

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado Eduardo L. Tiago B. Sanches da Gama.

Do Órgão Executivo inscreveram-se: a Presidente da Câmara Municipal, Helena Barril, e o Vereador com Pelouro, Vítor Bernardo.

O **Deputado Eduardo L. Tiago B. Sanches da Gama** saudou o Senhor Presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, os colegas Deputados Municipais, os Presidentes de Junta, o Público, e também, os Funcionários presentes.



Após os cumprimentos iniciais, informou que tinha sido reeleito para mais um mandato como Presidente da Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Raça Churra Galega Mirandesa, afirmando que naquele mandato a grande missão seria resolver o problema da lã, que é o principal problema que a Associação tem neste momento com as ovelhas.

A Presidente da Câmara Municipal apresentou as suas saudações a todos, nomeadamente ao Presidente da Assembleia Municipal, aos elementos que compõem a Mesa da Assembleia, aos Vereadores, aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e aos Senhores Deputados, e fez votos para que todos tivessem um Ano Novo pleno de saúde.

Informou que tinha emitido um despacho, com data de vinte e oito de novembro, para o encerramento da Biblioteca Municipal, uma vez que tinham sido detetadas várias irregularidades e várias deficiências ao nível energético, entre outras, e, portanto, a biblioteca municipal ficaria encerrada ao público.

Transmitiu que, entretanto, foi restabelecido o acesso à biblioteca nos mesmos moldes que funcionava aquando da pandemia, pelo que ninguém ficou privado do acesso à biblioteca.

Informou que, no dia vinte e dois de novembro, havia estado em Lisboa numa cerimónia da Fundação INATEL a receber um prémio, atribuído à aldeia de Constantim, que foi eleita a "Aldeia de Sonho" pela INATEL.

Transmitiu que apesar de várias tentativas de contacto, muitas delas concretizadas com os elementos da União de Freguesias de Constantim e Cicouro, sempre lhe foi transmitido que não havia a possibilidade de estarem presentes na cerimónia e então ela própria tomou a liberdade de representar Constantim, comentando que foi uma cerimónia muito bonita.

Lançou um repto ao atual Presidente da União de Freguesias de Constantim e Cicouro, incentivando-o a estar presente na cerimónia do próximo ano, na passagem do testemunho, porque a "Aldeia de Sonho" é Constantim à qual ele preside, enquanto autarca local, pelo que faria todo o sentido.

Mencionou que a placa que lhe fora entregue na cerimónia seria dada ao Presidente da União de Freguesias de Constantim e Cicouro, e que esta lhe seria entregue no final da sessão, reafirmando que fora com muito orgulho representar a aldeia de Constantim.

O Vereador Vítor Bernardo cumprimentou todos os que se encontravam na sessão e continuou a sua intervenção procedendo à leitura de uma declaração que tinha já apresentado na reunião do órgão executivo realizada a doze de dezembro de dois mil e vinte e dois, a qual pretendeu que ficasse aqui plasmada para memória futura.



LP

K

"No passado dia 25 de novembro do corrente ano, dei uma entrevista ao jornal Expresso, na qual resumidamente elenquei a estratégia processual do município para conseguir no meio jurisdicional cobrar os impostos que são devidos na sequência do negócio das barragens efetuado vai fazer dia 20 do corrente mês dois anos.

Tal entrevista deu azo a que outros órgãos de comunicação social, tais como o Jornal de Notícias, a TSF, a Rádio Jornal e a Rádio Televisão Portuguesa pegassem no tema e o colocassem nas suas páginas noticiosas.

Nas mesmas referi que o Município não entendia como é que a Autoridade Tributária e a Agência Portuguesa do Ambiente, entidades que têm como função a prossecução do interesse público acima de tudo, não entendia como referi, o seu desvio de poder, por causalidade tributária, que a AT se demitia de liquidar os impostos devidos. E estou a falar no imposto do selo e no imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis. Ora no que concerne ao IMI, com informações vinculativas em vigor completamente antagónicas, uma a dizer que os centros electroprodutores devem ser inscritos na matriz a pagar o respetivo imposto municipal sobre imóveis e outra a dizer o seu contrário. E sendo certo que a Agência Portuguesa do Ambiente, quanto à titularidade dos bens quando lhe interessa, refere o domínio público dos mesmos e quando não lhe interessa, refere o seu contrário.

Dito isto, nesse mesmo dia 25 de novembro, a atual concessionária das barragens do Douro Internacional, remeteu uma missiva eletrónica à Câmara Municipal de Miranda do Douro na pessoa da Sr.ª Presidente e na minha pessoa, no sentido de aferir de que lado estava o Município neste assunto.

Presumo que tenham ficado espantados, admirados! Eu também fiquei.

Nunca me passou pela cabeça que uma empresa privada, que se instalou no Concelho de Miranda do Douro, que foi bem-recebida, venha colocar em causa a atitude de mulheres e homens legitimamente eleitos pelo seu povo, como é em democracia, para defenderem os seus interesses. E só estamos a falar da maior empresa entre as 500 maiores empresas de Trás-os-Montes, com uma faturação de cerca de 267 milhões de euros, em 2021, um ativo superior a 2400 milhões de euros, não obstante ter tido um resultado negativo de cerca de 19 milhões de euros no ano fiscal de 2021 e, pasmem-se, tem 4 empregados.

Pois bem, à concessionária tenho a dizer o seguinte:



Handwritten initials and a large letter 'A' in the top right corner.

Não me vergarão, não vergarão o executivo municipal como órgão colegial e não deixarei eu pessoalmente que as mirandesas e os mirandeses, enquanto eu estiver nestas funções, sejam vergados.

Na secção quatro do sermão de Santo António aos peixes escrito e eloquentemente proferido pelo padre António Vieira, o principal conceito referido é o verbo "comer". O Padre António Vieira explica que, em relação aos peixes, eles comem-se uns aos outros, mas de uma forma injusta. Os peixes grandes comem os pequenos, e os pequenos o que podem fazer acerca disso? Rigorosamente nada.

Na opinião do autor, seria muito mais compensador se vários peixes comessem um peixe grande, do que se ocorresse o contrário. Vários ganhariam com isso em vez de um só pensar no seu proveito, e isto também acontece aos homens.

Os homens tomam proveito uns dos outros para o seu próprio bem e vaidade, sem pensar no bem comum, tornando-se o peixe grande. Por vezes nós aniquilamos os outros sem sequer e sem darmos conta de o estar a fazer, e quem tem de arcar com as consequências? São os outros, neste caso sendo representado como peixes pequenos. Somos constantemente as vítimas e os predadores.

Foi com isto que Santo António, segundo o Padre António Vieira, tentou alarmar a população, no sentido de porem de lado as suas necessidades e pensarem mais na comunidade do que em si próprios.

Referida esta passagem, quero aqui deixar bem claro que não obstante a concessionária das barragens do Douro internacional ter em mente que nós somos os peixes pequenos, e eles o peixe grande, mas não nos vergarão, porque enquanto existirem juizes em Berlim, o moinho do moleiro não será para o imperador, só porque sim, não. Lutaremos com abnegação, com conhecimento jurídico e atuaremos, no modo tempo e local próprios que obviamente, num Estado de direito democrático, são os Tribunais, para fazer valer todos os direitos que o Município profundamente está convencido que os tem.

Tive também conhecimento, que, após a dita entrevista, a concessionária das barragens do Douro Internacional, contactou diversas associações, juntas de freguesia e outras entidades privadas, com quem tinha a presumível intenção de celebrar protocolos de financiamento, no sentido de suspender tais protocolos, o que fez, enquanto a Câmara Municipal de Miranda do Douro não clarificar as tributações referidas na entrevista.



Pois bem, este tipo de atitude além de ignóbil, faz lembrar outros tempos do quero, posso e mando, e, eu em nome pessoal e creio que em nome de todo o executivo municipal, e da assembleia municipal, condeno veementemente esta tipo de tomadas de posição e afinal, para concluir, repito o que anteriormente já disse, NÃO NOS VERGARÃO!"

2. Período antes da ordem do dia.

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os membros a seguir indicados: Nélcio Seixas, Virgínia Preto, António Santos, Paulo Barbosa, Emanuel Bernardo, Francisco Parreira, Fernando Vaz das Neves e Jorge Lourenço.

Transmitiu que foi apresentada uma moção subscrita pelos Deputados Eduardo Tiago B. Sanches da Gama, a que passou a ler.

MOÇÃO

"Tendo em consideração a situação de crise mundial provocada pela guerra na Ucrânia, que levou a um agravamento da situação económica e social provocada pela maior taxa de inflação desde a década de 90, tendo em consideração que esta situação se repercute no dia a dia na vida das pessoas e das empresas, pela diminuição de rendimento disponível, tendo em consideração que compete ao Governo a adoção de medidas para minimizar os efeitos negativos na vida das pessoas e das empresas, a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, reunida no dia 29/12/2022, vem por este meio solicitar ao Governo de Portugal que, à semelhança do seu congénere espanhol, elimine o IVA dos elementos básicos como forma de ajudar as famílias, os agricultores e a indústria a enfrentar a crise energética e a inflação provocadas pela guerra na Ucrânia e evitando, deste modo, que os residentes nas zonas de fronteira se desloquem a Espanha a fazer as suas compras, o que agravará a situação, já de si má do comércio nacional, que levará a um aumento de falências e do desemprego.

Miranda do Douro 29 de dezembro de 2022."

Terminada a leitura da moção, pô-la a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, após o que prosseguiu com os trabalhos passando a palavra a cada um dos membros inscritos.

O **Presidente da União de Freguesias de Iфанes e Paradela**, Nélcio Seixas, cumprimentou os membros da Assembleia Municipal e demais presentes na sessão e em seguida deixou uma palavra de congratulação pela promoção de um dos membros desta Assembleia, referindo-se ao Deputado Júlio Miguel, que depois de dez anos ao serviço dos bombeiros de Miranda do Douro



como segundo-comandante fora recentemente promovido para segundo-comandante do CODIS, ou seja, para segundo comandante operacional distrital.

Aludiu que deixava esta congratulação, não só em seu nome pessoal, mas também, como bombeiro, e como Presidente da União de Freguesias de Iфанes e Paradela, de onde o Júlio Miguel é natural. Referiu que este voto de felicitações é também o reconhecimento de todo o grupo parlamentar do PSD/CDS-PP.

A Deputada Virgínia Preto apresentou a sua intervenção por escrito, que para constar passa a ser abaixo reproduzida.

"Venho hoje na qualidade de Deputada e Diretora do Centro de Saúde de Miranda do Douro, dar conhecimento a esta Assembleia Municipal. Das dificuldades com que me debato a nível do centro de saúde de Miranda e que se prende com a falta de médico. O nosso centro de saúde oferece cuidados de saúde a uma população de cerca de 7000 utentes, fazendo parte do quadro quatro médicas especialistas em MGF, que, além de assegurarem as consultas programadas de vigilância por si só nos ocupam a totalidade do horário, temos de assegurar a consulta aberta. E que, funciona das 8 às 22 durante os dias de semana e das 9 às 22 aos fins de semana e feriado. Até à presente data, conseguimos dar uma resposta adequada à consulta aberta através de médicos contratados em prestação de serviços. No próximo ano, esses prestadores não estarão disponíveis e uma das médicas estará ausente por um período provável de um ano.

Ora, ficaremos apenas três médicas para prestar cuidados de saúde no âmbito da medicina geral e familiar a esta população e assegurar a consulta aberta no horário atrás referido.

Tenho tentado entrar em contato com vários colegas no sentido de celebrar contrato de prestação de serviços com alguns, para nos ajudarem na consulta aberta. Todos referem que não estão disponíveis para virem para o interior, uma vez que no litoral, em vários hospitais públicos e privados, estão a ser praticados preços ora muito superiores aos praticados na ULS Nordeste. Já contatei a ULS nesse sentido, que refere não ter meios legais para aumentar preços.

Contei posteriormente a Senhora Presidente da Câmara para que a nível da autarquia, sejam tomadas medidas que possam aliciar a vinda de colegas para o nosso Concelho, mediante celebração do contrato de avença, ou outro, que complemente a remuneração da ULS, disponibilizar alojamento, que já foi disponibilizado, e pagamento de despesas de deslocação, ou outras medidas que achem pertinentes.

Esta situação, será uma situação transitória, mais ou menos durante um ano, um ano e meio, até que também consiga, portanto, existe uma vaga a concurso para o quadro, a nível do Centro de



SP

A

Saúde. Ela tem sido colocada a concurso, mas, não tem sido ocupada por ninguém. Portanto, estamos a ver que as coisas não vão ser muito fáceis.

Aquilo que se propunha, portanto, o que é que vai acontecer? A não contratação de médicos vai colocar em causa o funcionamento da consulta aberta no nosso Concelho.

A Senhora Presidente da Câmara, face à exposição que fiz informou que no dia dezanove do presente mês, uma delegação do Conselho Intermunicipal Terras de Trás dos Montes, acompanhada por diversos Presidentes da Câmara Municipal, Vice-Presidentes e Vereadores, tendo Miranda sido representada pela sua Presidente e o seu Vice-Presidente, se deslocaram até ao Porto para uma reunião com o Senhor Ministro da Saúde, Doutor Manuel Pizarro, tendo ficado agendada nova reunião para oito de fevereiro. Todos nós sabemos que por muita boa vontade que haja por parte do Governo, nomeadamente, na pessoa do Senhor Ministro da Saúde, estes processos são sempre muito morosos.

A minha preocupação, prende-se com a gravidade do assunto, e com a necessidade de ser solucionado com urgência. Por isso, solicito uma vez mais a Câmara Municipal de Miranda do Douro, e apelo também a esta Assembleia Municipal ajuda na contratação de médicos, de modo que os serviços de saúde básicos fiquem assegurados no Concelho.

O Deputado António Santos deu início à sua intervenção cumprimentando os que se encontravam presentes de uma forma geral, desejando a todos um bom ano e esperando que todos tivessem tido um Bom Natal.

Expôs que tinha duas ou três questões que gostaria de referir, sendo a primeira questão alusiva à indefinição dos atestados médicos, congratulando-se por ter sido já recebido um parecer a esse respeito, comentando que assim se acabava de vez com as dúvidas que haviam surgido, tendo o referido parecer vindo ao encontro daquilo que os deputados do Partido Socialista diziam.

Deu conta da realização de uma Assembleia Intermunicipal que ocorreu no dia vinte e um, referindo-se à Assembleia da CIM, onde foi aprovado o orçamento que ronda à volta de sete milhões e meio de euros, um orçamento de continuidade para dar apoio aos projetos em que a CIM está envolvida.

Comentou ainda a respeito da reunião da Assembleia Intermunicipal, que tinha tido a oportunidade de levantar a questão do matadouro, sendo esta uma questão que abrange vários municípios, tendo ficado surpreendido quando lhe fora dito que a questão do matadouro era uma questão das câmaras municipais, e que a CIM não tem nada a ver com isso, com o que não pôde concordar de maneira nenhuma. Se é uma questão que abrange pelo menos três municípios, já é uma



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

questão regional, e devia, de facto, envolver a CIM, sobretudo na planificação dos investimentos públicos que são feitos.

Entretanto, apercebeu-se de algo mais grave que fora lá dito, concretamente, que esse acordo fora apenas um acordo verbal e que nunca fora nada escrito. Para sua surpresa, o acordo havia sido feito no tempo em que Mogadouro tinha um executivo do PSD, em que o atual Presidente era Vereador da área, portanto, ele próprio pessoalmente havia estado envolvido, pelo que não se podia andar para trás.

Considera que este Executivo Municipal devia tomar uma posição relativamente a esta temática, porque lhe parecia extremamente negativo e referiu que se poderia estar a criar um elefante branco. Acha que devia ser feito um estudo de viabilidade económica, porque está a arriscar-se criar um elefante branco, pois a viabilidade económica do investimento poderia ser posta em causa caso Mogadouro fizesse outro matadouro na vizinhança do concelho de Miranda do Douro.

Para sua surpresa ou não, o facto é que a CIM, nestas questões, não funciona, já que acaba por ser cada um a defender a sua quintinha e pouco mais do que isto.

Levantou também a questão a respeito do Centro de Inspeções, a respeito do que o Senhor Vereador falara na reunião anterior, que iria haver umas conversações, perguntando se poderia adiantar mais alguma coisa sobre o assunto, que considera estratégico para o Concelho.

O Deputado Paulo Barbosa cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os demais membros da Mesa, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e demais assistência presente.

Continuou a sua intervenção questionando sobre as redes de Internet do Concelho, pois haviam-se verificado vários problemas de ligação, de velocidade de rede.

Dirigindo-se ao Executivo atual, perguntou se têm tido o cuidado de questionar as operadoras, já que se trata de um problema muito grave e que dificulta a atração de habitantes para a região de Miranda do Douro.

O Deputado Emanuel Bernardo cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e os restantes membros da Mesa da Assembleia. Cumprimentou também a Senhora Presidente da Câmara e o restante Executivo, os Senhores Presidentes de Junta, as Senhoras e os Senhores Deputados.

Primeiramente, regozijou-se, tal e como já tinha sido feito em reunião de Câmara, sobre o assunto da aprovação no orçamento de Estado de uma medida que prevê a criação do Instituto da Língua



Mirandesa, acreditando que todos estarão de acordo quanto a esse aspeto, pois acredita ser algo importante para o Concelho.

Em segundo lugar, questionou o Executivo Municipal a respeito de qual foi a razão que levou à alteração da data da Feira dos Sabores Mirandeses, e qual a razão da escolha do fim de semana do 20 e 21 de janeiro 2023, sabendo que duas aldeias do Concelho tinham festividades, e em sua opinião não é muito bem visto tendo em conta que algumas freguesias nesse fim de semana determinados eventos, e estar a atropelar, e tendo em conta que a população do concelho é cada vez menos, devem concertar essas opiniões. Referiu que, certamente, o Executivo não o fez por mal, mas que é necessário estar a tentos a essas coisas. Acrescentou que, nesse fim de semana, também se realizara a Feira do Fumeiro de Montalegre.

O Deputado Fernando Vaz das Neves saudou o Senhor Presidente, os Senhores membros da Mesa, os membros do Executivo Municipal, a Secretária Redatora, os Senhores Deputados Municipais e os Senhores funcionários.

Em primeiro lugar, perguntou se os deputados municipais presentes se encontravam todos no exercício da sua atividade como deputados municipais ou se estava alguém a título individual que tenha sido eleito para deputado municipal. Não se tendo manifestado ninguém, concluiu que naquela assembleia estavam todos como deputados municipais.

Dirigindo a palavra ao Deputado António Santos, disse que chamar parecer àquilo que receberam era um bonito eufemismo, porque é uma coisa mal escrita pela ANMP, não é pelo seu conteúdo, porque o conteúdo lhe é diferente. Pessoalmente, afirmou não se sentir vinculado àquele documento, já que a ANMP ainda não tem competências para definir diretrizes que a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal tenham de executar. O parecer do ANMP e a opinião da Associação Nacional de Municípios, como seria de um qualquer advogado que a quem se tivesse solicitado. Afirmou que um caso semelhante a este seria que, caso o Presidente da República tivesse dúvidas, avaliasse a constitucionalidade de uma medida ao pedir um parecer à associação sindical de juizes e não ao Tribunal Constitucional.

Pessoalmente, afirmou não se vincular àquela posição, não por ser contrária à sua, mas sim por não reconhecer competência à Associação Nacional de Municípios Portugueses para lhe dizer o que é que tem de fazer ou não. Reafirmou continuar a ter sérias dúvidas, que acredita não serem só dele, mas também de mais Presidentes de Câmara Municipal de Portugal, de mais deputados municipais deste país, e também da Comunidade Jurídica.



5

A

Ainda a este respeito, disse que gostaria de levantar algumas questões, nomeadamente, a respeito da interpretação de que se pode vir, porque é uma coisa descontínua e de não permanência. Que significa que se pode fazer tudo durante um atestado médico, menos trabalhar. Se se pode ir à Assembleia Geral do Benfica, se se pode ir à Assembleia Geral do G.D. Mirandês ou C.D. de Miranda do Douro, se se pode ser administrador não executivo, uma vez que também são casos pontuais, então só não se pode trabalhar durante um atestado médico. De resto, pode-se fazer tudo, o que não lhe faz sentido nenhum. Referiu que gostaria de ver esclarecido num parecer, não da Associação Nacional de Municípios, que não tem competência, mas sim das entidades competentes. Quando este vier, mesmo que seja contrária à sua opinião, respeitará e assumirá. Até lá, lamenta imenso, mas não poderá compactuar.

Prosseguiu afirmando que tinha mais dúvidas e que gostaria de compatibilizar esse parecer com as obrigações de quem está de baixa médica, que só pode sair de casa para tratamentos médicos, ou das onze horas às quinze e das dezoito às vinte e uma, com ordem médica.

Também gostaria de compatibilizar isso com quem está de baixa médica, recebe um subsídio de doença e o mesmo é cancelado se sair de casa sem ser nas condições previstas na lei.

E, ainda, gostaria de saber se sair para uma Assembleia Municipal e, talvez, deixar na porta um papel colado, se tiver uma fiscalização a dizer, "*Senhor Fiscal, eu fui à Assembleia Municipal não me corte do subsídio de doença*". Reforçou que gostava de ver esclarecida a questão da possibilidade de exercer as funções de deputado municipal enquanto numa baixa médica e a necessidade de um novo parecer por quem tem competência para o fazer, que não é, certamente a Associação Nacional de Municípios.

Um outro ponto que abordou foi o facto de, na sessão de Assembleia Municipal anterior, o Deputado Paulo Barbosa ter tido uma atitude que lamenta, pois é de opinião que as coisas são para ser ditas e é em Assembleia que devem ser ditas. Apesar do Deputado Paulo Barbosa ter pedido para constar apenas como cidadão, acredita que todos bem todos viram que o Deputado Paulo Barbosa esteve sentado nesta sala na última Assembleia Municipal. Lembrou que o referido deputado entrou e se sentou, que não disse nada quando foi levantada a questão das baixas médicas, mas que, depois, como percebeu que se calhar não tinha razão em estar presente enquanto deputado municipal por estar de baixa médica, ainda para mais da câmara municipal, tentou arranjar aquilo que se chama "Chico Espertice" para tentar resolver o assunto. E a "Chico Espertice" é como a mentira, tem perna curta. Lembrou que não assinou a lista de presenças, não pediu senhas de presença, e ainda foi dizer ao senhor Presidente da Mesa, que não está



Handwritten initials or mark in the top right corner.

Handwritten mark or signature in the top right corner.

habitado a estas coisas por ser um académico, que tinha estado aqui como cidadão e não como deputado municipal. Afirmou que, se o referido deputado esteve como cidadão, temos já um problema que tem de ser comunicado às autoridades competentes, é como uma violação das regras de quem está de baixa médica e podemos estar sob uma baixa fraudulenta, porque, pelos vistos, só se pode sair para vir à Assembleia Municipal. O Deputado Paulo Barbosa não esteve cá como deputado municipal, esteve como cidadão, pelo que se poderia ter uma baixa fraudulenta, e expressou a sua opinião de que a Mesa a deveria comunicar às autoridades competentes. Continuou dizendo que a referida “Chico Espertice” criou um problema jurídico, que é saber o se passou na última Assembleia Municipal. Se esteve ou não como deputado municipal, porque ele entrou, sentou-se, e não disse nada. Terá contado para efeitos de quórum? Porque não disse que estava a título individual? Terá até votado pelo menos duas vezes, enquanto ele lá esteve, concretamente, no voto de pesar pelo falecimento da Professora Manuela Barros e no voto de louvor ao Movimento Cultural das Terras de Miranda (MCTM).

E, se foi como cidadão, então estamos muito pior, a “Chico Espertice” gerou aqui um problema jurídico que não sabe como é que se vai resolver.

Assim, assumirá a decisão que as entidades competentes tomarem em relação às baixas médicas. Para terminar, disse que acha que esteve cá como deputado, e se não estivesse como deputado quando levantou a questão, ele teria dito que estava cá como cidadão e o assunto morria ali.

Disse que o Partido Socialista, aqui representado pelo Deputado António Santos, tinha que esclarecer, nomeadamente, que ou o Deputado António Santos sabia que o Deputado Paulo Barbosa estava cá como cidadão e foi cúmplice desta “Chico Espertice”, não avisando a Mesa da Assembleia quando disse que, na opinião dele, não via qualquer problema para que ele cá estivesse, enquanto não houvesse parecer jurídico, ou o Professor António não sabia de nada, e tem que nesta Assembleia Municipal demarcar a situação que arranjou o Senhor Deputado Municipal Paulo Barbosa.

O Deputado António Santos solicitou o uso da palavra para responder ao Deputado Fernando Vaz das Neves e, tendo-lhe sido dada, prosseguiu dizendo que já tinha percebido que neste caso há um problema de outra ordem que propriamente tem a ver com a Assembleia Municipal. Em primeiro lugar, referiu que não tinha recebido nenhum parecer e que nem sequer sabia que tinha sido dado um parecer, informando que recebeu apenas um resumo que lhe foi enviado pelo Senhor Presidente da Assembleia a resumir o parecer que lhe parece perfeitamente legítimo e suficiente. Em segundo lugar, alertou para o facto de não ter sido ele que escolheu a entidade à



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

qual foi pedido o parecer, foi o entendimento do Presidente da Assembleia Municipal ou do Município.

Acrescentou que a Associação de Municípios normalmente serve para estas coisas, e que, se esta questão é posta em causa, terá de se pôr muita questão em causa, porque todos os outros pareceres que se pedem ou àquela entidade, ou à CCDR-N, então vão ser sempre postos em causa.

Aquilo que tem a lamentar é a pressão enorme exercida nesta Assembleia desde o primeiro dia sobre o Paulo Barbosa e a Vera Ruano, por estarem de atestado, o que considera vergonhoso, porque foram quase impedidos de estar presentes, afirmando que, isso sim, é que é de levantar e de refletir. Reafirmou que, tem sido uma pressão enorme para eles, estarem aqui quando ele mesmo disse desde o primeiro dia que assumia a presença deles nesta Assembleia, afirmando que, se tinham alguma dúvida na Assembleia, ou se a entidade patronal tem alguma dúvida, que os mande a Junta Médica, nomeadamente, o Paulo Barbosa, que é funcionário da Câmara. Desafiou que o mandassem a junta médica, pois cabe à junta médica avaliar, e se o médico dele diz que pode sair de casa, é porque pode sair de casa, e muito mais para ver um órgão destes, eleito. Continuou dizendo que não passa pela cabeça de ninguém de bom senso que uma pessoa que esteja doente seja impedida de estar numa assembleia, num órgão legitimamente eleito, se o deputado tem condições para o fazer. Não se sabe o tipo de doença que tem, nem querem saber, porque quem tem de saber são os médicos, se permitem sair de casa ou não. Se o atestado disser que não pode sair de casa, isso já é diferente, na sua opinião. Lamenta imenso a pressão que está a ser feita sobre esta questão, e acha vergonhoso que estes dois deputados estejam a passar por isto.

O Presidente da Assembleia Municipal, apesar de abordado pelo Deputado Fernando Vaz das Neves para fazer novamente uso da palavra para responder ao Deputado António Santos, interveio dizendo que estava alinhado com o Deputado António dos Santos, no sentido em que a entidade a quem pediu parecer é a entidade a quem usualmente se pedem os pareceres, a menos que a Assembleia Municipal diga que devemos pedir a determinada entidade, que não tem conhecimento de qual seja. E, portanto, foi isso que foi feito, o parecer vem naquele sentido e não tem muito mais a dizer sobre o assunto.

O Deputado Fernando Vaz das Neves, dirigindo-se ao Deputado António dos Santos, comentou que a democracia é uma coisa maçadora, mas que tem regras e tem órgãos competentes. Desafiou para que lhe mostrasse onde é que está escrito que a Associação Nacional de Municípios



Handwritten marks: a circled 'S' and a signature 'A'.

tem competência para emitir diretrizes que incluem uma assembleia municipal ou uma câmara municipal.

Afirmou que, pessoalmente, não se vincula e que se o Deputado se pretende vincular o problema é dele. Expôs que, se um funcionário de uma câmara toma uma decisão com base num parecer da Associação Nacional de Municípios, se for ilegal, tem um problema, se o parecer for de uma entidade como a CCDR-Norte, não tem problema nenhum. Porque a CCDR-N tem competência e se não sabe devia saber que quem tem competência é a CCDR-N e é a DGAL.

Referiu, ainda, que ele também pode pedir um parecer a um jurista e também não o vinculará a nada. É uma chatice! Relembrou que ele disse na última sessão da Assembleia Municipal, e está plasmado em ata, que devia pedir um parecer à CCDR-N.

Referiu que tinha em sua posse um parecer da CCDR-Centro sobre um parecer de uma pessoa de uma junta de freguesia, a trabalhar a meio tempo, de baixa médica, técnica superior de uma câmara municipal, em que diz que não pode exercer os cargos enquanto estiver de baixa médica. Disse que não sabia se a baixa médica do Doutor Paulo Barbosa tem lá que pode sair de casa, ou que não pode, e que é algo que deve apresentar e que deve dizer se tem ou não tem, porque é algo a respeito do que tem dúvidas, e enquanto tiver dúvidas vai expô-las aqui por muito que lhe custe, por muito que chame a isto pressão. Ele chama-lhe democracia, que é uma coisa diferente: é discutir ideias diferentes e princípios diferentes.

Tem noção de que às vezes custa, e é maçador, porque gostamos mais das unanimidades gerais e estarmos aqui todos contentes, isto é tudo uma coisa muito simpática, mas que não tem paciência para isso. Tendo ele dúvidas, vai colocá-las aqui e em qualquer lugar, goste ou não goste. Se o Deputado António Santos não tinha conhecimento da "Chico Espertice" do Deputado Paulo Barbosa, então terá de se demarcar dela.

O Deputado Paulo Barbosa solicitou o uso da palavra e, tendo-lhe sido concedida, disse que se está a fazer aqui uma batalha que considera desnecessária.

Quanto ao atestado, referiu que não tinha de dizer, mas não é obrigado a ficar em casa, portanto, ia fazer as fisioterapias a qualquer hora e quando bem entendesse.

Relativamente à questão da sua presença na última reunião, afirmou que tinha vindo à sessão na qualidade de deputado, mas, a partir do momento que o Presidente da Mesa disse que ainda não tinha conhecimento de parecer jurídico a respeito desta temática achou por bem não continuar como deputado, o que comunicou ao Presidente da Mesa.



10

A

O **Deputado António Santos** disse que pareceres há muitos, e que o que se estava a referir não diz nada do que respeita ao caso. Mencionou que já teve oportunidade de ler, porque o Senhor Presidente da Assembleia teve o cuidado de lho enviar, ripostando que aquele é um caso completamente diferente, pelo não tinha nada a ver com o em discussão.

Referiu que não se pronunciou a respeito desta questão até que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal comunicou o que tinha recebido, e muito bem.

Para terminar, disse que gostava que o Executivo Municipal garantisse aqui que a presença do Deputado Paulo Barbosa nesta Assembleia não terá qualquer repercussão em termos profissionais, porque é isso que está em causa.

A **Senhora Presidente da Câmara Municipal** deu conhecimento de que o Deputado Paulo Barbosa já está de regresso ao trabalho havia algum tempo.

O **Deputado António Santos** respondeu que não tinha conhecimento disso porque não tem o hábito de se meter na vida privada das pessoas.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Lourenço, apresentou os seus cumprimentos a todos, nomeadamente ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, aos Senhores Secretários, à Senhora Presidente, aos Senhores Vereadores, à Secretária Redatora, aos colegas de bancada, aos Senhores Presidentes de Junta, e também cumprimentou os ilustres representantes da Associação Vale d'Ouro.

Antes de mais, e porque ainda se encontravam em época festiva, desejou a todos a continuação de Boas Festas, em família, e votos de um próspero ano 2023, com saúde e, acima de tudo, com bons projetos e desenvolvimento da nossa Terra, porque é isso que é a todos move.

Deixou algumas notas sobre alguns assuntos relacionados com a sua freguesia, começando por alertar, mais uma vez, o que já vai sendo repetitivo, chamando à atenção do Executivo Municipal para a perigosidade da estrada nacional 221-6, que liga à barragem de Picote, porque vêm algumas intempéries mais fortes e estão constantemente a verificar-se deslizamentos de pedras para a estrada, em curvas, o que é extremamente perigoso e um dia destes podem ter alguns dissabores, deixando esta nota para ver o que é possível fazer. Compreende que não seja uma ação fácil devido à cota superior da estrada, apelando para tentar fazer alguma limpeza de algumas pedras que estejam mais frágeis no sentido de evitar que, de facto, possa ter ali um risco enorme para quem circula na estrada.

Apelou mais uma vez ao Executivo Municipal para que haja novidades sobre as ARUS - Áreas de Reabilitação Urbana, nomeadamente no que toca à Freguesia de Picote e Barrocal do Douro.



LS

A

Pronunciou-se, também, a respeito dos arranjos urbanísticos, dizendo que tem conhecimento de que as coisas estão avançadas, faltando apenas colocar a concurso. Afirmou ser importante que a empreitada fosse colocada a concurso, porque as obras levam o seu tempo, e tratando-se do caso particular, que é o Largo onde se realizam as festas, e não gostaria, devido aos problemas que podem vir a ter todos, se as obras coincidissem com a altura das festas, o que seria desagradável e traria problemas para todos.

Por último, e sobre a informação que o senhor Vereador Vítor Bernardo apresentou sobre as concessionárias, deixou nota referente apelou relativamente àquilo que disse numa sessão e que se encontra plasmado na Ata 7/2020 da Assembleia Municipal, aquando da venda das barragens. Aquilo que ele acha ser importante, é que as partes envolvidas nesta questão, de uma vez por todas, tenham a perceção que têm responsabilidades acrescidas neste território e que, necessariamente, ambas as partes têm de ter um bom relacionamento institucional para benefício de todos. Se há lugar ao pagamento dos impostos, pois que sejam pagos, e a Autoridade Tributária que faça o seu papel, e que da mesma forma que ao cidadão comum obriga ao pagamento dos impostos, o faça relativamente aos grandes contribuintes. Que este seja o momento para que de uma vez por todas a concessionária, as grandes empresas que atuam neste rio assumam um verdadeiro contrato social de mudança de paradigma nestes territórios, que não podem continuar a ser extrativos. Têm de contribuir para, efetivamente, o desenvolvimento destes territórios, seja de Miranda, seja da Terra de Miranda, seja dos outros locais onde existem barragens.

Foi este o apelo deixou, pois efetivamente o município continua a fazer aquilo que entende que deve fazer no cumprimento à exigência, a quem de direito ao pagamento dos impostos e a concessionária que assuma o seu papel de responsabilidade social para com as comunidades locais.

Findas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Executivo Municipal para dar resposta às intervenções anteriormente feitas.

A Presidente da Câmara Municipal iniciou dizendo que seria o mais breve quanto possível, mas antes de mais cumprimentou o Engenheiro Alberto Aroso, dando-lhe as boas-vindas ao território mirandês, assim como aos restantes elementos que o acompanham, agradecendo por terem feito esta viagem.

Mencionou que for uma das primeiras pessoas a saber da nomeação do Júlio Miguel, manifestando a sua satisfação e tendo-lhe transmitido essa mesma satisfação logo que teve



Handwritten initials and a large letter 'A' in the top right corner.

oportunidade. Continuou dizendo que, embora se tenha perdido o segundo-comandante dos bombeiros, a proteção civil ganhou um bom elemento, em relação ao que tem a perfeita noção.

Relativamente às questões levantadas pela Deputada Virgínia Preto, disse que tinham reunido no passado dia dezanove de dezembro com o Ministro da Saúde, onde foram colocados os problemas, garantindo que ele se mostrou bastante recetivo a todas as situações expostas e bastante conhecedor da situação, ou então, que este se havia preparado muito bem para a reunião.

Transmitiu que falaram de todas as situações a Deputada Virgínia Preto tem vindo a colocar ao Executivo Municipal e que haviam conversado também destas questões. Outra questão também discutida foi a necessidade de fazer autópsias.

A Presidente de Câmara prosseguiu dando as boas-vindas ao Paulo Barbosa por estar de regresso ao trabalho, comentando que, apesar de o Deputado António Santos não saber, o Deputado Paulo Barbosa já se encontrava ao serviço há bastante tempo, e que espera que seja para ficar e que de uma vez por todas se venha a apaziguar esta questão dos atestados médicos. Mencionou que o Deputado António dos Santos questionou o Executivo Municipal sobre a situação do matadouro, confirmando que existe uma ata de reunião de Câmara de Vimioso, a reunião ordinária de onze de abril de dois mil e vinte e um, onde foi assinado um documento pelos três municípios, concretamente, o Município de Vimioso, o Município de Miranda do Douro, e claramente o Município de Mogadouro, independentemente da cor política. Afirmou que foi um compromisso que foi assumido na altura, apesar dos membros do atual Executivo Municipal não terem estado lá, mas que estava lá o anterior Presidente da Câmara, e, como tal, assumiram esse compromisso com o intuito de levá-lo até ao fim.

Afirmou que a necessidade de deslocalizar o matadouro é premente, sendo do conhecimento do Deputado António dos Santos, porque vive ali a paredes meias com o matadouro, todos os problemas com que ali se deparam.

Aludiu que permitir a permanência do matadouro no lugar onde ele se encontra é, no fundo, deitar fora todo o dinheiro que a câmara vai receber dos projetos que estão aprovados para reabilitar o Fresno é que esta é a grande aposta do Executivo Municipal e que vai ser levado avante.

Relativamente à questão colocada pelo Deputado Paulo Barbosa a respeito da falta de cobertura de rede, respondeu que tem tido oportunidade de participar em várias inaugurações de feiras de exposições, e que em muitas delas tem estado a Secretária de Estado da Valorização do Interior, a Dr.ª Isabel Ferreira, e em algumas também tem comparecido a Ministra da Coesão Territorial, a



Handwritten signature or mark.

Handwritten letter 'A'.

Dr.^a Ana Abrunhosa. Anunciou que os discursos que tem ouvido têm sido os mesmos, e é desgastante ouvir constantemente as mesmas histórias de que há um concurso Internacional, e o que se pretende é cobertura de rede no nosso território. Afirmou que o Executivo não tem estado parado em relação a essa matéria e que tem estado a reivindicar, mas que estão na esperança de que o ano de dois mil e vinte e três traga efetivamente melhorias a esse nível.

Relativamente à questão colocada pelo Deputado Emanuel Bernardo, respeitante à alteração da data da Feira dos Sabores Mirandeses, recordou em retrospectiva que, durante muitos anos, a data de realização do evento coincidia com o fim de semana do Carnaval.

Entretanto, o anterior executivo abdicou dessa data e não sabe responder porquê, mas que o mês de fevereiro se tornou o mês das feiras e das feirinhas em todo o nosso território de Trás-os-Montes e que isso vinha a afetar a Feira dos Sabores Mirandeses

O atual Executivo elegeu esta data porque acharam que esta permite ter o tempo necessário entre a Feira dos Sabores Mirandeses e a Feira da Bola Doce. Caso contrário, se a Feira dos Sabores Mirandeses se mantivesse em fevereiro, e no início de abril a Feira da Bola Doce, estariam demasiado próximas, pelo que o atual executivo decidiu optar por este novo calendário.

Afirmou não concordar com o Deputado Emanuel Bernardo que afirmara que o Executivo estaria a atropelar aldeias, porque, se bem a conhecerem, bem sabem que ela, e o executivo municipal que preside, nunca atropelariam as aldeias do concelho.

Em relação às questões colocadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Picote, respondeu que os problemas já não são de hoje, mas que estão atentos e que vão tentar melhorar o quanto possível. Comentou que os Presidentes de Junta sabem muito bem que ninguém tem uma varinha de condão, porque se a tivessem todos os problemas do Concelho já estavam resolvidos.

No entanto, comprometeu-se a resolver os assuntos na medida do possível, apesar de todas as dificuldades com as quais se deparam e que criam, muitas vezes, entraves para as soluções e para a resolução dos problemas no imediato.

O Deputado António Santos perguntou ao Executivo Municipal, a respeito do Centro de Inspeções Automóveis, como está esse processo.

O Vereador Vítor Bernardo respondeu ao Deputado António dos Santos transmitindo que havia um concurso em vigor e que o concurso fora anulado. Havia um alvará atribuído para um centro de inspeções na zona da Freixiosa, que era no Parque Natural do Douro Internacional, mas como não se podia fazer um muro, o que ficou combinado com o executivo, o vogal do IMT, e a parte técnica foi que estavam a preparar a plataforma eletrónica para não acontecer o que aconteceu



A

em dois mil e catorze, ou seja, está emitida uma declaração pelo anterior executivo e válida, onde consta que o município só permitirá que se construa o Centro de Inspeção Técnica de Veículos no perímetro da Zona Industrial de Miranda do Douro, e o que eles disseram foi que até junho de dois mil e vinte e três iam abrir novo concurso. Continuou afirmando que é certo que este centro se localizará no concelho de Miranda do Douro, já que, dos 12 concelhos do distrito de Bragança, Miranda do Douro é o único que o pode ter. No entanto, caso o concurso se atrase, comprometeu-se a insistir com os intervenientes, tal como insistiram com a entidade Infraestruturas de Portugal para fazerem uma obra que já devia ter sido feita há quarenta anos.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal cumprimentou todos os presentes na sessão e prosseguiu dizendo que, embora gostasse de responder a todas as questões apresentadas, se ficaria pelo matadouro, pois considera que é um assunto muito importante e que deve ficar bem claro.

Expôs que discorda com o Deputado António dos Santos quando este afirmou a respeito da questão do matadouro que é ou vai ser um problema para Miranda do Douro e para Mogadouro, pois ao Deputado António Santos fora-lhe transmitido, numa reunião da CIM-TTM, que existia nesse âmbito um problema ainda mais grave, que iria afetar Vinhais e Bragança, pois Bragança e Vinhais estão a ficar sem condições para poder fazer abates por falta de pessoal.

Continuando, o Vice-Presidente da Câmara Municipal informou que a Carne Mirandesa fazia até então um abate por semana e que iria passar a fazer dois abates por semana em Miranda do Douro, já a partir do mês de janeiro seguinte.

Mencionou que também tiveram conhecimento nessa reunião com a CIM-TTM, ele e a Presidente e todos os demais autarcas, com exceção do Presidente da Câmara de Vimioso. Informou que todos se desmarcaram e que o único que estava que apoiou e afirmou que havia um acordo foi o Presidente da Câmara de Vimioso. Mencionou que o Presidente da Câmara de Bragança não esteve presente, mas que se fez representar pelo Vice-Presidente, mas ninguém se pronunciou. Considera que ainda é mais grave a questão da viabilidade económica para eles do que para o Município de Miranda do Douro.

Referiu que para Miranda é só o investimento, mas que a cota de abate é maior do que a de todos os restantes.

Continuou dizendo que o matadouro faz todo o sentido em Miranda, e que também se preocupam com esta questão. Considera que a CIM-TTM devia ter um papel preponderante, no entanto não



A

deu importância a este assunto, afirmando que é um assunto da responsabilidade da Câmara, que não é apenas da Câmara, mas sim de todos.

Relativamente às ARU's, referiu que ainda não foram implementadas porque o PDM ainda não foi alterado, transmitindo que já tinham marcado reunião, mas, como falta sempre alguma instituição ainda não foi alterado o PDM, afirmando que não está esquecido. Quanto à estrada referida pelo Presidente da Junta de Freguesia de Picote, respondeu que têm estado atentos a essa questão, mas que não conseguem saber porque é que as pedras caem, mas que mesmo assim têm tido o cuidado de mandar limpar o local cada vez que se verifica o derrube de pedras para a via.

O Presidente da Assembleia Municipal, a propósito do matadouro, disse que também o preocupa o facto de haver apenas um e de repente passa a haver dois, construídos de raiz.

Lembrou que havia um compromisso assumido por parte da Câmara de Mogadouro, da Câmara de Vimioso, e da Câmara de Miranda, que, segundo lhe constou, se encontra plasmado numa ata da Município de Vimioso. Posto isto, considera que esta Assembleia não pode ficar indiferente e, portanto, propôs um voto de repúdio pela decisão tomada pelo autarca de Mogadouro de avançar com a construção de um matadouro, quebrando o compromisso já assumido. Pôs à consideração de todos o voto de repúdio por ele proposto, tendo sido aprovado por unanimidade. A propósito da saúde, que é algo que o preocupa, perguntou, tendo em consideração estas limitações, e sabendo que a próxima reunião vai ser em fevereiro, e outra em junho, se a Câmara Municipal não pode celebrar um protocolo com o Centro de Saúde Miranda e/ou contratar um médico para fazer face à falta de profissionais de saúde do concelho.

A Deputada Virgínia Preto respondeu dizendo que a Câmara Municipal poderia fazer um contrato de avença com uma remuneração complementar.

Expôs que, para conseguir aliciar médicos do litoral para o interior, têm de lhes ser dadas muito melhores condições do que as que têm no litoral, nomeadamente ao nível de preço/hora, um preço hora superior ao que está a ser praticado aqui a nível da ULS. No fundo, seria feito um contrato de avença, e além disso, também é necessário garantir um alojamento gratuito, e despesas de deslocação. Provavelmente, seria feito um contrato individual, porque estes prestadores não estão vinculados ao Estado, são trabalhadores livres, fariam um contrato de prestação com ULS e a Câmara Municipal apenas complementar.

Quantificando, disse que se estaria a falar em valores mais ou menos entre os mil e o mil e quinhentos euros mensais. Está convencida de que, se falar com colegas de profissão e lhes



disser que a Câmara Municipal garante alojamento, despesas de deslocação e uma remuneração mais ou menos à volta de quinhentos, seiscentos ou setecentos euros por mês, além do vencimento, que talvez se consiga trazer um prestador.

Alertou os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e de União de Freguesia para o facto de, caso isso não aconteça, serão muitos os períodos da consulta aberta em que vão ficar fechados. Porque os profissionais de saúde que se encontram ao serviço do Centro de Saúde, ou trabalham num sítio, ou trabalham noutra. Insistindo que esta é uma questão grave e urgente.

Transmitiu que já pôs a par desta situação a ULS, sendo que eles próprios também têm dificuldades em arranjar prestadores de serviço, e não conseguem se não aumentarem preços, sendo que a solução mais rápida que se lhe apresenta será uma solução a nível interno para desenrascar a situação em termos de saúde a nível do Concelho de Miranda.

Apelou mais uma vez para encontrar soluções para as dificuldades, e caso não aconteça, vai haver períodos em que a consulta aberta vai estar fechada. Portanto, convém estar-se consciente da gravidade da situação. Realçou que não são três médicas que vão assegurar todo um centro de saúde com consultas programadas e consultas abertas a funcionar nos horários que têm estado a funcionar, que é humanamente impossível.

Mais uma vez, afirmou que é este o alerta e a ajuda que está a pedir ao Executivo da Câmara e da Assembleia. Comentou que espera que não venham depois reivindicar contra a Diretora do Centro de Saúde porque fechou a consulta aberta.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal transmitiu que dia dezanove tiveram reunião com o Sr. Ministro.

Dirigindo-se à Deputada Virgínia Preto, mencionou que dali a um mês teriam o Diretor da Escola Secundária a solicitar instalações para professores que vêm de Lisboa para que fiquem a dar aulas no nosso concelho, caso contrário não terá professores na escola, e então, ficar-se-á sem professores e sem médicos.

Afirmou que teriam de fazer esta reivindicação junto da ULS, porque senão a ULS anda aqui a brincar com todos. E o dinheiro de que se está a abdicar, embora sendo para os utentes deste concelho, é da responsabilidade do Governo. Referindo que a Deputada Virgínia sabe muito bem o quanto o município se predispôs para apoiar a vinda de um novo médico, com alojamento, e alimentação, mas que não podem estar aqui a pagar tudo. Porque depois terão outro problema mais grave, caso o município pagasse uma verba a um novo médico, os que já estão cá, será que ficariam calados?



A

A **Deputada Virgínia Preto** respondeu que o problema não se põe a esse nível e que as colegas médicas que estão cá concordam perfeitamente, até porque se trata de um prestador de serviço, não se está a falar de um médico do quadro a tempo inteiro, e que as colegas estão dispostas a aceitar a situação sem verem qualquer problema.

Mencionou que as médicas que estão a trabalhar no Centro de Saúde de Miranda têm o seu direito de não fazer mais horas extraordinárias, e que por lei essas horas têm um determinado limite. Quanto à remuneração de um novo prestador, transmitiu que as médicas que já cá estão dizem que não têm problema nenhum, nem vão reivindicar. O que querem é um colega que as vá ajudar, seja pelo preço que for.

Frisou mais uma vez que se está a falar de um médico de uma avença, suplemento remuneratório, afirmando que a nível da ULS está cansada de falar, e que esse é um assunto que já está mais que conversado.

Realçou de novo que se trata de uma situação urgente emergente, uma situação rápida e transitória, supostamente. Informou que o lugar está a concurso, e que quando houver alguém, o que espera que aconteça o mais rapidamente possível, esse prestador será depois dispensado.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** referiu que o Senhor Ministro se mostrou muito disposto para abrir exceções, no sentido de proceder à contratação de médico, mas não na prestação de serviços, porque não é uma situação estável, nem dá estabilidade a ninguém, mas sim contratação. Continuou dizendo que, para um médico se querer fixar nesta região, o Executivo não se pode estar a sobrepor ao Senhor Ministro. Transmitiu que o Senhor Ministro chamou à atenção o Executivo Municipal para estarem atentos e para terem cuidado com o que fazem a este nível, expondo que foram discutidos todos esses aspetos.

Manifestou a preocupação do Executivo Municipal perante a situação no âmbito da saúde neste concelho, tanto assim que, no orçamento da Câmara Municipal para 2023, consta o seguro municipal de saúde.

A **Deputada Virgínia Preto** disse que já que há dinheiro para um seguro de saúde, então também deve haver para resolver esta situação.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** respondeu que o Município não se pode sobrepor ao Serviço Nacional de Saúde, e que a Câmara já está a apoiar muito.

A **Deputada Virgínia Preto** retorquiu dizendo que neste caso não se trata de uma sobreposição.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** asseverou que o Senhor Ministro mostrou-se muito aberto, e que no dia oito de fevereiro do próximo ano, data em que será realizada reunião da CIM,



Handwritten signature or mark.

Handwritten letter 'A'.

em Vimioso, vai cá estar, e que se quiserem estar presentes que vão lá e convidem os médicos. Comentando que o Senhor Ministro afirmou que iria dialogar com a ULS para poder fazer contrato a um médico, caso houvesse médicos que se quiserem fixar nesta região, seria formalizado contrato, sem ser prestação de serviços, já que considera que a prestação de serviços não é estável, nem não dá estabilidade a ninguém.

A Deputada Virgínia Preto informou que já há uma vaga aberta para o Centro de Saúde de Miranda do Douro há algum tempo e que ninguém concorreu.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal perguntou se os médicos novos que estavam no Centro de Saúde não querem ficar cá.

A Deputada Virgínia Preto respondeu que pelos vistos não querem ficar cá, porque têm outras condições no litoral.

Dirigindo-se ao Senhor Vice-Presidente, disse que no litoral um médico novo tem um lugar no quadro, que não faltam, e clínicas privadas onde podem fazer a hora ao triplo do preço que pagam à hora aqui. Referiu que nos hospitais de São João, de Matosinhos, de Penafiel, de Vila Real aumentaram os preços hora para o triplo, e os representantes da ULS disseram-lhe que não podem praticar esses preços. Assim sendo, questiona, como é que o Senhor Ministro vai fazer relativamente a esta questão.

A Presidente da Câmara Municipal respondeu que, neste caso, terá de se aguardar.

A Deputada Virgínia Preto replicou que então se aguardará, mas que vai ter de se aguardar sentado, lembrando mais uma vez que, entretanto, a consulta aberta vai ficando fechada.

O Presidente da Assembleia Municipal a este propósito, comentou que o problema está identificado e alertado, e que agora é aguardar a resolução do mesmo.

O Deputado António Santos perguntou acerca da possibilidade de a Associação Vale do Douro apresentar já o projeto.

O Presidente da Assembleia Municipal, atendendo à solicitação do Deputado António dos Santos, assim como ao facto de já se encontrarem na sessão os representantes da Associação Vale d'Ouro, agradeceu muito a presença e disponibilidade dos mesmos, propondo aos membros da Assembleia Municipal presentes para aprovar um voto de louvor pelo trabalho realizado pela Associação Vale d'Ouro. Comentou que têm feito um trabalho notável a propósito da ligação de alta velocidade Porto - Vila Real – Bragança - Zamora, expondo que a supracitada associação apresentou uma proposta em que o trajeto foi alterado para passa por Miranda do Douro.



Pôs a votação um louvor à Associação Vale d'Ouro, tendo merecido aprovação, por unanimidade, por parte da Assembleia Municipal, pelo trabalho desenvolvido no âmbito do traçado da ligação de alta velocidade.

Um dos representantes da Associação Vale d'Ouro passou, então, a apresentar o projeto em questão, nos termos e em conformidade com o que se encontra plasmado na deliberação do ponto número nove da ordem de trabalhos.

3. Aprovação da ata da sessão realizada a 28 de setembro de 2022.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: Fernando Vaz das Neves e Jorge Jacoto Lourenço.

A propósito da ata mencionada em epígrafe, o Presidente da Assembleia Municipal transmitiu que fora muito difícil trazer a ata mencionada à reunião, pois a ata chegara-lhes apenas no dia dezasseis de dezembro, e os membros da Mesa da Assembleia recusavam-se a apresentar a ata conforme lhes foi entregue. Continuou dizendo que, caso algum dos membros desta Assembleia pretendesse ler a versão original da ata, esta lhes poderia ser enviada.

Explicou que a redação da ata era absolutamente incompreensível e que a ata apresentada aqui na sessão foi o que se conseguiu fazer no curto espaço de tempo que tiveram para a corrigir, lamentando que isso tenha acontecido.

O **Deputado Fernando Vaz das Neves** fez uso da palavra para dizer o seguinte:

"Obrigado, Senhor Presidente, trinta segundos para dizer uma coisa. Eu, há bocado, citei um parecer da CCR-Centro de um pedido de um membro de uma junta. O Deputado António Santos tentou insinuar que era mentira, entreguei o parecer na mesa, para se ele quiser consultar, ou seja, disponibilizar.

Relativamente à ata, por tudo o que foi dito anteriormente, eu não percebo se é a ata da reunião em que eu estive, se é de uma outra reunião, se é de uma de uma reunião de ficção científica. Há pessoas que aparecem, há pessoas que desaparecem. E gostava que a Mesa me explicasse qual é o motivo aludido para a justificação da falta de Paulo Barbosa, porque este esteve cá. Como é que se justifica uma falta se está presente? Não me interessa agora como.

Eu voto contra a ata, fica já esclarecido. Quero que o Senhor Presidente me envie a ata original se faz favor."

O **Presidente da Junta e Freguesia de Picote**, Jorge Lourenço, referiu que se trata apenas de pequenas notas, as que agradece que façam chegar.



A

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que, caso alguém tiver notas a fazer, que façam o favor de as fazer chegar.

O **Deputado António Santos** solicitou o uso da palavra para responder ao Deputado Fernando Vaz das Neves, ao que respondeu que não tinha dito que o despacho ao que o Deputado se tinha referido era mentira, mas que tinha dito, que, se é o mesmo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal lhe enviou para analisar, por e-mail, que não tem a ver com esta situação, mencionando que são situações completamente diferentes.

Relativamente à ata, disse que aprovavam a ata, e que só há uma ata, que é a que foi apresentada, não havendo rascunhos.

O **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que efetivamente é a ata que foi apresentada que é para aprovação, e não será a ata original que vai ser aprovada e disponibilizada.

Terminado o período das intervenções, foi posta a votação a ata n.º 4/2022, que foi aprovada por maioria dos membros que participaram na sessão realizada a vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e dois, nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, da Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, com as correções propostas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Picote, Jorge Jacoto Lourenço, e com o voto contra do Deputado Fernando Vaz das Neves, por considerar que a ata em votação não plasma fidedignamente o que se passou na respetiva sessão.

4. Despacho de revogação do Regulamento Interno de Atribuição de Pré-Reforma na Situação de Suspensão de Prestação de Trabalho.

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum dos membros deste órgão deliberativo, esclarecendo que este ponto não é para votação, é apenas para conhecimento. Depois, passou de imediato a palavra ao Vereador Vítor Bernardo para que, de forma sucinta, esclarecesse o assunto.

O **Vereador Vítor Bernardo** expôs que foi um despacho emitido pela Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, não foi um despacho emitido para revogar o pseudo regulamento da pré-aposentações dos trabalhadores deste município, esclarecendo que o Ministério Público entendeu, e quanto a ele, bem, que não deviam tentar procedimento nenhum, porque a Presidente da Câmara tem legitimidade para o fazer, e fê-lo. E que, possivelmente, na próxima sessão da Assembleia Municipal, trarão um regulamento externo para aprovação com condições diferentes e mais justas. Foi dado conhecimento do despacho de revogação do Regulamento Interno de Atribuição de Pré-Reforma na Situação de Suspensão de Prestação de Trabalho apresentado pela Sr.ª Presidente



da Câmara Municipal. Referiu ainda que o parecer da CCDRN é algo antagónico, porque diz que o regulamento é ilegal duas vezes.

O Deputado António Santos transmitiu que leu com interesse o parecer do Ministério Público e da CCDRN, concorda e acha que há ali irregularidades, e que se podia optar por corrigir o regulamento, em vez de o revogar, mas que, se optaram por revogar que está tudo bem.

Referiu que só não percebeu porque este assunto foi parar ao Ministério Público, já que se poderia ter tratado com um pedido de parecer à CCDRN.

O Vereador Vítor Bernardo respondeu que foi para o Ministério Público porque surgiu uma denúncia crime, e foi o juízo de competência genérica de Miranda do Douro que mandou para o TAF, pelo que não fora o Executivo Municipal o responsável pelo envio deste assunto ao Ministério Público.

O Deputado António Santos comentou que então é preciso esclarecer essa questão, pois ele pensara que o Executivo Municipal teria enviado o processo para a CCDRN e para o Ministério Público.

O Vereador Vítor Bernardo esclareceu que este despacho vem no processo administrativo, tendo sido o Ministério Público a pedir a outro Ministério Público do TAF qual era o entendimento que tinham em relação a isto.

O Deputado António Santos afirmou ter ficado mais satisfeito depois deste esclarecimento porque efetivamente, como diz o Ministério Público, nem todas as ilegalidades constituem pressupostos para atuação do Ministério Público, portanto, há questões que são de um fórum e de outro e assim faz mais sentido.

O Presidente da Assembleia Municipal, depois de terminado o período de intervenções, passou ao ponto número cinco.

5. Projeto de Regulamento de Redução e Isenção de Derrama do Município de Miranda do Douro.

O Presidente da Assembleia Municipal

6. Derrama Municipal – Período de Tributação 2022.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado António Santos.

O Deputado António Santos interveio nos seguintes termos:

“Eu confesso que tenho algumas dificuldades em interpretar bem isto, é uma questão às vezes de português, também não sou muito da área do direito, acredito que outras pessoas vejam as coisas



de outra forma. Mas, encontrei aqui alguma oposição entre o que está na ata da reunião da Câmara Municipal, onde lá diz, portanto, normal 1,5% reduzida 0,1, e conferindo uma isenção de derrama para sujeitos passivos, com um volume de negócios que não ultrapasse os, cento e cinquenta mil euros. O que dá a entender aqui é que estão todos isentos de derrama, na ata, não no regulamento, depois uma pessoa vai ler o regulamento e não é isso que diz. O que diz é, "Ficam sujeitos à taxa reduzida de derrama todas as empresas cujo volume de negócios não ultrapasse os, cento e cinquenta mil euros. Portanto, há aqui uma contradição entre o que ficou aprovado na ata e o que está no regulamento. Acho que pode ter sido algum lapso, é uma questão de ver isso. Está na página onze da ata da Câmara. E depois, gostava de esclarecer esta questão da isenção, pois no artigo nono falam da isenção. Então, "Ficam isentas todas as empresas, exceto o CAI 35 e 64, que é da eletricidade e dos bancos, cujo volume de negócios não ultrapasse os dez milhões de euros, e que tenham relativamente ao ano económico anterior, mantido ou criado postos de trabalho. Ou seja, se eu percebi bem, o que acontece é: toda a gente que não tenha despedido ninguém fica isento da derrama até dez milhões de euros. Todos.

O Vereador Vítor Bernardo disse que é o que está aqui, referindo que é obrigatório fazer este tipo de regulamento devido a uma diretiva da Comunidade Europeia, porque só se pode isentar do pagamento da derrama até cinco anos e que a partir dos cinco anos levam todos pela mesma medida.

O Deputado António Santos mencionou que esse artigo oitavo está em contradição com o que está na ata da reunião de Câmara, pelo que há que ver isso. Também lhe levantou assim alguma questão isto dos dez milhões de euros. A este respeito perguntou se foi feito algum estudo de base para apontar dez milhões. Quanto aos cento e cinquenta mil percebe, quer dizer, a generalidade das empresas em Miranda não ultrapassa isto, e, portanto, ficam isentos, ou à taxa reduzida. Quantos aos dez milhões, causam-lhe alguma surpresa. Perguntou onde foram buscar este número, se foi feito algum estudo, e que pretenderam incluir ou excluir. São estas as questões que se levantam, por que não perceber.

O Vereador Vítor Bernardo explicou que o Diário de Trás-os-Montes publica todos os anos as quinhentas maiores empresas de Vila Real e Bragança, e que o município consegue ver, porque as contas são públicas, esses dados. E o Município pode decidir se com cinco milhões se isentam ou não. Quem emprega, por exemplo, quarenta trabalhadores, e se deve ser isento, na opinião do Executivo Municipal, esse foi o estudo feito. Sabe-se quais são as empresas que têm sede em Miranda do Douro. Sabe-se qual é o volume de negócio, nas quinhentas maiores, as outras já



A handwritten signature in the top right corner of the page.

sabem. Referiu que a Engie Douro, que tem sede em Picote, tem uma faturação de dezassete milhões, por exemplo. E é a trigésima empresa de Trás os Monte, e que não era, não existia em dois mil e vinte, existe agora. Relativamente ao estudo, respondeu que não foi feito estudo nenhum, mas que foi feito um apanhado. Porque se pusessem cinco milhões iriam ser apanhadas empresas no Concelho das mais empregadoras.

O Deputado António Santos respondeu que com isto se perderão um milhão, dois milhões, assumam, ótimo, questionando se isso foi feito.

O Vereador Vítor Bernardo respondeu dizendo que a derrama municipal são cento e oitenta mil euros, e que se a EDP paga cento e vinte mil, portanto, os outros todos juntos pagam sessenta mil.

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém tinha mais algum comentário sobre este ponto, e, não se tendo manifestado nenhum dos membros presentes, prosseguiu colocando o assunto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade a Derrama Municipal respeitante ao período de tributação de dois mil e vinte e dois.

7. Autorização para execução de projeto com financiamento por Empréstimo Quadro (EQ) celebrado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento (BEI) – Linha BEI PT 2020 – Autarquias – Zona Industrial do Planalto Mirandês.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para intervir neste ponto e, não se verificando nenhuma inscrição, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

8. Proposta – Operação NORTE-02-0853-FEDER - Zona Industrial do Planalto Mirandês – Pedido de financiamento EQ BEI – PT 2020 –Autarquias.

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições, e, não se tendo verificado a intenção de intervir de nenhum dos membros da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Vereador Vítor Bernardo para se pronunciar a respeito desta matéria.

O Vereador Vítor Bernardo explanou que a empreitada da Zona Industrial do Planalto Mirandês tem uma despesa elegível de três milhões e duzentos mil euros, mais ou menos, com IVA. E a linha BEI é uma linha que o Estado Português contrata com o Banco Europeu de Investimento, em que projetos financiados por fundos comunitários, como é o caso, os municípios podem recorrer a este tipo de financiamento, a uma taxa de juro muito reduzida, ou quase zero, não contando para o índice de endividamento dos municípios. E foi isso que se optou por fazer, porque é melhor pedir um milhão e trezentos mil euros à linha BEI, que pedir ao Banco Comercial normal.

O Deputado Emanuel Bernardo solicitou o uso da palavra tendo-lhe sido concedida.



Handwritten mark or signature in the top right corner.

Handwritten letter 'A' in the top right corner.

Prosseguiu com a sua intervenção conforme se segue:

“Eu queria saudar o Executivo por este projeto. Acho que é um projeto que finalmente avança e já se falava disto há vários anos, e é bom mesmo que avance. E queria também referir e alertar o Executivo, que é também necessário, num futuro, pensar em como atrair para essa zona industrial depois, empresários, etc. Para conseguirmos dinamizar, porque para além da infraestruturas, depois precisamos de ter gente. Queria também questionar o Executivo, tendo em conta, pelos dados que temos, era uma obra que estava prevista para iniciar em outubro de 2021, com data de conclusão em trinta de junho, deste ano, que agora vai começar 2023. Porque é que se demorou tantos meses a chegar à reunião de Câmara e depois aqui à Assembleia? Tendo em conta que era algo que estava já praticamente pronto, desde o mandato anterior, e era algo que até sabendo nós que a previsão da conclusão da obra a 30/06/2023, um risco de alargar este processo e até, em certo ponto, perder o financiamento, o que o que era preocupante. E nesse sentido eu queria questionar, qual foi a razão de tanta demora, e se essa razão foi esperar este tempo para que o Executivo tirasse, entre aspas”, os louros políticos desta obra, porque é uma obra que vem de trás, como muitas outras, e que, mais do que isso, o que importa referir é que são obras precisamos para o Concelho, e que, nós munícipes queremos que haja obra, que haja infraestruturas, porque o bem do Concelho, é o bem de todos, e acho que é de notar isso.”

O Presidente da Junta de Freguesia de Duas Igrejas solicitou o uso da palavra tendo-lhe sido concedida. Continuou a sua intervenção nos seguintes termos:

“Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Secretários, caros Colegas, hoje o facto de trazer estes dois pontos, os pontos sete e oito, é motivo de orgulho para qualquer Presidente de Junta, fazendo uma obra destas na sua Freguesia e por isso resta-me quanto agradecer a este Executivo. Não vamos falar aqui de projetos do anterior Executivo ou coisa parecida, a meu ver, o que interessa é fazer realmente a obra que é extremamente importante para o Concelho, não só para a Freguesia, mas para o Conselho.

O Emanuel fala de que é que estão a pensar fazer para atrair pessoas para investir lá, mas eu penso que o primeiro passo está dado, é criar condições para elas se fixarem e depois a seguir não-se dar outros passos. Obviamente que é tarde demais, já devia ter sido feito há dez, ou quinze, ou vinte anos atrás, não foi! Já se perderam várias empresas, mas o importante é não deixar perder mais. Muito obrigado por isso, agradeço. E muito obrigado da Freguesia de Duas Igrejas”

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, Nuno Rodrigues, fez uso da palavra para se pronunciar a respeito deste assunto e, respondendo ao Deputado Emanuel Bernardo, disse que o deputado



fala e não conhece os dossiers, não conhece os assuntos, e depois diz coisas que não devia dizer, sendo é uma pena. É uma pena quando vamos a uma Assembleia e falamos, neste tom, porque não sabe se o Deputado Emanuel Bernardo se recorda, mas este projeto já foi aprovado com o atual Executivo em funções, referindo que muito trabalho foi tido neste projeto. O Presidente da Junta de Duas Igrejas agradeceu, mas tinha de agradecer mais ainda ao Presidente da Assembleia. Porque se não fosse o Presidente da Assembleia, este projeto não estaria hoje aprovado.

Que fique bem claro, as coisas levam o seu tempo, porque não é só fazer um desenho, nem só dizer está aqui o projeto, e podemos concorrer ou podemos candidatar-nos, o problema é que não havia nenhum parecer pedido. O último parecer pedido que aqui se tem é o das águas pluviais, está aqui há um mês. Era com isto que se devia preocupar, mas tínhamos lá um depósito de água que era para ser feito lá na Zona Industrial, que este Executivo já mandou candidatar, esse mesmo depósito da água, para fazer de outro lado, senão não tinham esse parecer, e ainda é preciso resolver o problema da ETAR. Isso é que é importante.

E depois de vir para aqui para as sessões da Assembleia Municipal falar em politiquice, era preciso perceber como estão os assuntos, como estão os dossiers.

Dirigindo a palavra ao Senhor Presidente da Assembleia, deixou um muito obrigado pelo seu esforço, agradeceu muito o trabalho por ele feito neste âmbito, porque se não fosse o empenho do Senhor Presidente, este projeto não estaria aprovado, com toda a certeza.

Quanto aos investidores, comentou que ele era um daqueles que diziam que não havia investidores para a Zona Industrial do Planalto Mirandês, mas que um dia preocupou-se em passar em Duas Igrejas, tendo verificado que há muitos investidores realmente interessados em investir nesta zona industrial, lamentando que a zona industrial não esteja já construída.

O Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por unanimidade a proposta apresentada no âmbito do programa Operação NORTE-02-0853-FEDER, para financiamento da execução da Zona Industrial do Planalto Mirandês, através de pedido de financiamento EQ BEI – PT 2020 – Autarquias, bem como autorizar a assunção dos compromissos plurianuais, de acordo com o plano de utilização e reembolso, que consta na proposta, em anexo à minuta do contrato de financiamento.

9. Apresentação da linha de alta velocidade Porto-Vila Real-Bragança-Zamora, pela Associação Vale d'Ouro.



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Engenheiro Luís Almeida, Presidente da Associação Vale d'Ouro, que, por sua vez, elucidou os presentes a respeito desta matéria, tendo ficado todos cientes do âmbito desta apresentação, que para constar na presente ata passa o respetivo teor a ser transcrito.

“Muito bom dia a todos.

Antes de mais agradecer o convite. Permitam-me que comece por cumprimentar a Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a os senhores vereadores, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, os membros da Assembleia Municipal, os cidadãos e em particular, também, os colegas que, comigo, desenvolveram no âmbito da Associação Vale d'Ouro, este trabalho, o Engenheiro Alberto Aroso, a Engenheira Katia Rocha, o Senhor Cláudio Pereira, agradecer o vosso convite.

A Associação Vale d'Ouro é uma associação que tem sede na Vila de Pinhal, no Concelho de Alijó. É uma associação que sempre se pautou por ter nos seus órgãos sociais pessoas de vários pontos da região, inclusivamente também aqui de Miranda.

Durante muitos anos, tivemos na Direção uma jovem que hoje até está aqui ligada a uma das juntas de freguesia do Concelho, e que, durante muitos anos também viveu no Pinhão e agora está mais aqui por estes lados. E, então não podíamos ficar indiferentes ao desafio que nos foi lançado, ou melhor, que nós consideramos, que foi lançado em todo o país, de discutir um plano nacional ferroviário, porque esse desafio, na altura, surgiu com um ponto de interrogação e no qual acho que estava também implícita a oportunidade da região, de uma vez por todas, reclamar aquilo que é seu por direito e que há uns anos lhe foi retirado. E, foi nesse contexto que surgiu o estudo que nós apresentámos. Já passou mais de um ano e dois ou três meses, portanto, já foi em setembro do ano passado e que, entretanto, tem sofrido algumas alterações. Essas alterações advêm de apresentações públicas que temos feito em assembleias municipais. Estivemos já também, em Mirandela, estivemos também já na CIM Douro, na CIM TTM, também. Fizemos vários contactos com entidades, de alguma forma, ligadas ao setor ferroviário, e não só, inclusivamente com o próprio Ministério das Infraestruturas, e com operadores também ferroviários, que de uma forma ou de outra, mais ou menos clara, nos foram manifestando a relevância que esta ligação poderia ter, e de um desses contactos, precisamente, como mencionou Senhor Presidente na altura, com a CIM de Trás os Montes, viu a sugestão e foi colocada a sugestão, então, de eventualmente vermos aqui uma opção agregando mais parte do território.



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

E essa agregação por vários motivos e mais um, que vou elencar já a seguir, pareceu-nos por demais óbvia. Nós desenvolvemos este estudo na altura em cerca de três meses, quando nos dizem que são precisos dez, ou quinze, ou vinte, ou trinta anos para fazer uma linha de comboio, nós temos sempre de sorrir com essas e afirmações, porque, de facto é possível fazê-lo com muito menos tempo. Foi um estudo que surgiu de uma forma natural com tudo o que está disponível na Internet e hoje é, possivelmente, como vocês sabem, na Internet é possível encontrar modelos de terreno. É possível encontrar normas técnicas e foi esse trabalho de compilação que nós fizemos nesses três ou quatro meses, isto, para vos dizer que há coisas que podem ter passado, e se calhar aqui a questão de Miranda pode não ter sido na altura vista com atenção que mereceu, daí depois temos tentado mostrar o que fizemos às várias entidades, receber estes contributos, e incorporá-los numa versão que vai ser apresentada no próximo dia onze na reunião da CIM, também aqui, e que, eu acredito que está muito mais evoluída, e muito mais adequada àquilo que é o nosso território. Como vos disse há pouco, este foi o slide mais ou menos que foi apresentado na altura pelo Governo pelo plano nacional ferroviário, um traço a ligar Vila Real e Bragança, não diria no ar, mas com alguns detalhes que têm de ser revistos. E foi este ponto de interrogação que na altura o Engenheiro Frederico deixou nessa apresentação que nos motivou a fazermos este trabalho. Entretanto, passou-se um ano, o Governo apresentou a versão final do plano nacional ferroviário, aquele que está neste momento em discussão até final de fevereiro, onde efetivamente aparece uma linha em Trás-os-Montes, com passagem por Vila Real e Bragança e depois um tracejado até à fronteira. Este traço, permitam-me que comece por aí, para mostrarmos exatamente o nosso trabalho, esta representação tem alguns problemas técnicos, e é só nisso que vamos focar. Por exemplo, ali, o facto de começar ali na zona de Penafiel, mais concretamente em Caíde, significa que a viagem é logo à partida aumentada em trinta minutos. Se forem consultar o site da CP, hoje, vão ver que não existe nenhum comboio face à linha do Douro entre o Porto e Penafiel, ou Caíde, neste caso em concreto, em menos do que esse tempo, aliás, nem trinta minutos faz porque a linha do Douro está também saturada, neste momento, em termos de oferta. A proposta que foi apresentada, por perder esses trinta minutos, perde logo competitividade face ao modo rodoviário. Nós não podemos continuar a permitir que a nossa região depende exclusivamente do modo rodoviário, temos que criar opções, e, uma vez que felizmente já vamos tendo algumas ligações rodoviárias, certo de que ainda faltam algumas cumprir, precisamos também de diversificar esta oferta. E também há ali uma dificuldade técnica, e, nós dizemos isto porque estudamos essa situação de fazer a ligação no ponto que o Governo apresentou há poucas



Handwritten signature or initials in the top right corner.

Handwritten letter 'A' in the top right corner.

semanas atrás. Depois, o facto de não terem desviado o trajeto, como nós vamos mostrar a seguir, a Miranda, e coloca na eventual ligação a Espanha problemas na passagem no Parque Natural de Montesinho. Como sabem, têm dificuldades, e terão de ser atendidas as dificuldades ambientais dessa passagem e na Serra da Culebra, em Espanha, que também está na rede Natura 2000, e em contraponto, aparece neste plano uma ligação por Aveiro, Viseu e Salamanca, que é considerado o atual corredor Internacional Norte. A verdade é que se olharmos para estas duas opções, aquela que nós apresentámos e aquela que os governos sucessivos têm vindo a defender, mas sem terem, neste momento, e até ao momento, que seja conhecido do público um estudo similar, nós verificamos aqui algumas questões que estão a nosso favor. Desde logo, há mais fluxos no corredor Transmontano, há mais gente a andar na A4 do que na A25. Isto dá para ver facilmente que há mais mercadorias que começam a passar na A4, que na A25, o que significa que o corredor transmontano tem mais dinâmica, o próprio PIB per capita é superior no agregado dos municípios da zona de Trás-os-Montes. Há mais população, perdemos menos população, portanto, todos estes indicadores associados ao facto de estar em curso um investimento na própria linha da beira alta, que é aquela linha cinzenta ali a sair de Coimbra e até à Guarda, com uma ligaçãozinha, a Viseu, está em curso um investimento que é altíssimo, neste momento, para melhorar a linha para 160 km hora, fará sentido estarmos a fazer um investimento ao lado, de quatro, cinco ou seis milhões de euros? Eu não sei o valor não é de propósito que eu estou a fazer isto, porque não existe de facto um estudo que permita concluir, há vários números no ar, ou vamos agregar território que neste momento não está agregado com o território de Trás-os-Montes. O enquadramento estratégico de onde surge a nossa linha, e eu comecei um bocadinho a história pelo fim, porque falei-vos do planeamento do plano nacional ferroviário, porque já conhecemos e vocês também certamente já conhecem, e começamos por observar que existe uma mancha na zona litoral do nosso país, entre Aveiro e Viana do Castelo, praticamente contínua, onde está grande parte da população da nossa região Norte. Portanto, fará todo sentido que nós façamos a ligação a Espanha através do centro de gravidade desta mancha, que é esta que está aqui a vermelho. Atualmente de modo ferroviário, é possível por passageiros fazer a viagem por Vigo, Santiago de Compostela, Ourense, Medina del Campo. Facilmente se percebe que é um desvio significativo. Por mercadorias e atendendo ao nosso Porto de Leixões, temos de ir pelo menos a Vigo, daí a Ourense e a Monforte Lemos, que é uma plataforma logística importante em Espanha e onde Espanha, estrategicamente, também está a concentrar tudo o que é o Norte de Espanha e tem o sonho de concentrar também Leixões, perdendo nós algum controlo sobre essa



A

cadeia logística. Se formos pelo Sul pela tal linha da beira alta, ou mesmo pela futura ligação que possa estar aqui prevista de Aveiro, Viseu, Salamanca, verificamos que mais uma vez a saída do Porto vai ter que fazer um desvio significativo a Aveiro. Sabemos hoje, pelo plano nacional ferroviário, que nem sequer o comboio vai passar em Aveiro, vai passar num apeadeiro que será colocado fora da cidade, que vai se chamar Aveiro- AV. Portanto, isto acresce a viagem de cerca de duzentos quilómetros, quando, por exemplo, temos a linha do Douro, que também certamente todos conhecem, que é o percurso mais perto entre o Porto de Leixões e Espanha. Portanto, este foi o contexto de partida, para explicar estes dois fluxos e como é que o centro de gravidade desta mancha que temos aqui, onde está a indústria, a principal indústria, que sobretudo até está deslocalizada acima do Rio Douro, e grande parte da população da região Norte nesta faixa. Como é que ela poderia chegar a Madrid? E a Paris? Ora, só por estas setas marcadas em linha reta e assim um bocadinho toscas, fica mais ou menos claro que ir dar a volta Aveiro e Coimbra, além do tempo de viagem e além da distância, não é aquilo que melhor interessa eventualmente ao Porto, e muito menos a Trás-os-Montes, que poderá ficar uma vez mais fora daquilo que são as opções ferroviárias de longo prazo, que estão previstas. O nosso estudo não pretendo desmanchar absolutamente nada do que está previsto no país e que está previsto pelo atual governo, e pelos anteriores governos, até ao momento, nomeadamente, o PNI 2030, e daí, esta linha tracejada que representa o Porto-Lisboa, e o Porto-Vigo. Obviamente que nós partimos do princípio que estas linhas vão existir, e, é, inclusivamente sobre a ligação Porto-Vigo, que apesar de estar a ser feita com faseamento invertido, em relação àquilo que poderia ser melhor, mas isso é outro assunto, é partindo do Porto-Vigo que sairá o nosso traçado, e o nosso traçado percorrerá depois da região de Trás os Montes. Contudo, a nossa visão assenta em dois aspetos fundamentais, não só esta linha de Trás-os-Montes, que é vital para a ligação de toda a região Norte a Madrid, mas também, ainda, numa primeira fase, na linha do Douro. Isto, porquê? Porque, há bocado disse-vos que demora vinte, trinta anos, temos de sorrir quando nos falamos nisso. Mas evidentemente, pelo menos dez anos demorará a construir uma linha desta natureza, se for com uma parceria público-privada, ganha-se algum tempo. Aliás, nós até dois mil e vinte sete vamos construir sensivelmente o equivalente a esta linha, portanto, há essa pretensão, podemos ter aqui uma margem de comparação, mas, não significa que não possamos usar a linha do Douro numa primeira fase, como já há muito tempo, também é reivindicado para fazer, ou para criar os largest consumers deste novo corredor logístico que vai surgir entre o Porto de Leixões, Espanha e Paris. Isto é muito fácil, a linha está lá é uma questão de a reativar, são cerca de seiscentos ou setecentos milhões



Handwritten marks: a circled 'F' and a signature 'A'.

de euros e já contando com a inflação eventualmente. Atenção que eu não estou a falar só da ligação a Barca d'Alva, a ligação até ficar completa até Espanha, que pode pôr os primeiros comboios de mercadorias a funcionar e a dinamizar a região. Uma vez que essa linha, naturalmente, não terá nem capacidade, nem vocação dela será mercadorias, ao longo prazo, será turística. E é hoje o grande foco ali está, e como eu disse há pouco, ela começa a ficar saturada, surge então depois a linha de Trás-os-Montes, que dará a resposta de uma forma rápida ao tráfego de mercadorias e de passageiros, e aproveita grande parte daquilo que a linha do Douro pode começar por fazer. Em termos de criação desta cadeia logística que hoje existe, mas que não é exponencialmente utilizada. Aliás, ainda há uns dias o atual Presidente demissionário da APDL deu uma entrevista em que diz, que precisava de mais ligações ferroviárias e o Porto Leixões não tem opções ferroviárias, nem operadores, porque também não há capacidade da nossa rede. Um outro aspeto, muito importante, e voltando um bocadinho àquela comparação com Aveiro-Viseu-Salamanca, tem a ver com a distância até à fronteira. Neste traçado que vem ali a azul, já vem ali inflexão pelo território do Concelho Miranda do Douro, e onde depois, também ficará localizado um dos apeadeiros, barra estações, que temos previsto. Vê-se que a distância até Espanha e de quarenta quilómetros, ora, isto é muito importante, porque esta pouca distância compara com Aveiro-Viseu-Salamanca, que são duzentos quilómetros até Medina del Campo, e também, porque do lado de Espanha foi desclassificado o troço entre Vilar Formoso, que é mais ou menos aquela linha vermelha, até Medina del Campo. Significa que, Espanha não vai investir numa naquela linha para mais do atual investimento que prevê a sua eletrificação, e velocidades até cento e cinquenta e cinco quilómetros hora. Nós ao ficarmos mais perto de uma ligação de alta velocidade e de rede convencional em Zamora, isso é possível com quarenta, ou quarenta e poucos quilómetros, temos também aqui uma vantagem estratégica, mesmo no contexto da tão propalada conversa da bitola, que é uma conversa que tem inundado um bocadinho o espaço ferroviário, embora não haja neste momento já grande sustentabilidade para essa. Mas mesmo que um dia alguém decida fazer a alteração, esta é a linha que mais perto está e que melhor condição tem de ligar a Espanha em tudo aquilo que Espanha tem para oferecer em termos de rede, até porque, como podem ver também agora aqui neste gráfico, aquela linha cinzenta mais grossa é a linha de alta velocidade, bitola Europeia, e as linhas mais finas são bitola Ibérica, lá estão os tais duzentos quilómetros até Medina del Campo até chegarmos lá. Mas esquecendo o assunto da bitola, a nossa proposta é uma linha que começa no aeroporto Francisco Sá Carneiro, passa por Paços de Ferreira, Amarante, Vila Real, Alijó, Murça, Mirandela, Podence, Macedo,



Bragança e por Terra de Miranda. Ou seja, fazemos uma inflexão a sul depois de passar de Bragança e aproveitamos ali o espaço entre o Parque Natural Montesinho e o Douro Internacional para não haver grandes complicações a nível ambiental, e depois entrará em Zamora.

Zamora neste momento tem ligações a Madrid, relativamente densas, permitirá também do lado de Espanha, porque sabe-se também mais ou menos que a linha da Galiza, de Espanha não é uma linha sustentável e os espanhóis sabem isso. Foi uma linha de decisão de coesão do território, e isto também nós ligarmos lá, permite que eles próprios encontrem também ali mais oportunidade para abater o investimento que foi feito. Este perfil ao longitonal que não tem grande leitura, só para vos mostrar e para vos dizer que havia uma grande dúvida sobre como é que havíamos de passar Marão, durante vários anos foi vendida a ideia de Trás-os-Montes que não podia voltar a haver comboio em Vila Real, em Bragança e nos territórios para cá do Marão, porque havia um grande problema no Marão. Certamente, já todos usaram a A4 e já perceberam que esse problema desapareceu. Se ele desaparece para a rodovia, também desaparece para a ferrovia. É um traçado com estas características é difícil, como se vê aqui, mas que é possível, e permite o tráfego de mercadorias, uma vez que as inclinações máximas são de doze virgule cinco milímetros por metro ou de um virgula vinte e cinco por cento, portanto, foi essa a solução que foi encontrada. Há pouco falava-vos da questão ambiental, e aqui está o motivo pelo qual o traçado tem a inflexão que tem ali na zona do Concelho de Miranda do Douro. É precisamente para fugir àquelas manchas verdes, fugir entre aspas, evidentemente, mas para não afetar as manchas que são ou zonas de proteção especial ou sítios de importância comunitária ou redes de áreas protegidas, e às vezes este articulado pelo território pode parecer que são os projetistas que gostam de dar animação, mas não, tem mesmo a ver com estas questões, porque é importante realmente também evitarmos, e isso é uma das grandes vantagens da nossa proposta inicial e ao tê-la invertido a Sul, é evitarmos isto. Evidentemente, que, a vantagem da coesão territorial até se sobrepõe a isto, porque, nós assim estamos a agregar território que uma saída direta de Bragança para a frente e entrar logo em Espanha, não estaríamos. Para quem acha, e este slide, nós só colocamos muito recentemente porque temos ouvido alguns comentários de que passam mais estações que a linha do Norte. Nem todos os comboios param em todas as estações, nós desenvolvemos e o estúdio, e o trabalho com uma ideia de exploração, que é esta, pode ser outra. Há-de haver comboios diretos Lisboa-Madrid, que param no Porto e em Vila Real, outros só param em Bragança, outros não param lá nenhum, outros vão parar em todas as estações, outros vão chegar a Miranda e voltar para o Porto. Isto depende depois de tudo, muito do contexto, da oferta



1

A

e da procura que exista, ele existe, nós depois vamos ter de perceber como é que as pessoas ao longo do tempo se vão distribuindo ao longo do corredor. Mas, o facto de ter muitas estações, primeiro, é uma questão técnica, porque tem a ver com um dos cenários de construção, que já vos mostro a seguir, e depois, é também para permitir o cruzamento de comboios, se tivermos em linha única, para permitir permeabilidade ao território. Não quer dizer que os comboios param em todas as estações, e, aliás, de resto, hoje em dia de Lisboa ao Porto há comboios que param em todas as estações e há comboios que não param quase em lado nenhuma. Nós fizemos uma estimativa de custo, estarmos a fazer este trabalho sem termos uma estimativa, acho que poderia não lhe dar a solidez que ele precisava. Esta estimativa tem base de trabalhos feitos pela ADIF- Administrador de Infraestruturas Ferroviárias, e por investigadores espanhóis que estão publicados, em que é possível, nesta fase, em termos de estimativas muito próximas daquilo que pode ser o valor final, são valores que não estão sujeitos à inflação, nem ao cenário que estamos a viver, mas, vamos acreditar também num cenário temporário. Estamos a falar num investimento na ordem dos quatro mil milhões de euros, se considerarmos contingências, dez por cento que é muito habitual, quatro virgula cinco mil milhões. Mas, este é o valor do investimento mais ambicioso que é linha dupla em toda a extensão da linha. Não precisa de ser assim, é uma questão depois do cenário de debilidade económica, dos cenários de oferta e de procura, o que é que nos vai dizer? Porque se virem no diagrama em baixo, ele agora vai mudar, nós podemos considerar um cenário só de via dupla até Vila Real, é normal e é esperado que haja mais tráfego na zona da área metropolitana do Porto. Não é normal, ou não é esperado, nesta fase, que possa haver no resto território, depois com o tempo, isto significa que a linha pode ser construída com a plataforma toda e a duplicação ser feita posteriormente com custo relativamente baixo. Daí que, nós apontamos sempre para um cenário mais ambicioso, pode ser mitigado, até porque o país, infelizmente, não tem disponibilidade financeira para investimentos desta natureza, todos os anos e a todo o momento. Contudo, e deixem-me que vos diga, que este valor que parece muito alto é um valor, provavelmente, ligeiramente abaixo daquele que é previsto para outro corredor, que vos mostrei há bocado, Aveiro – Viseu – Salamanca. Ou seja, em resumo, onde é que o corredor Internacional Norte deve ser feito primeiro, em Trás-os-Montes, ou na Beira Alta? É essa a pergunta que este trabalho pretende ver respondida.

Tempos de viagem é aquilo a que normalmente o comum cidadão é mais sensível, e aqui, temos uma revolução daquilo que seria a mobilidade em Trás-os-Montes inteira, estamos a falar de ir do Porto, a Bragança numa hora e catorze. Atualmente todos sabemos quanto tempo demora de



UP

A

autocarro, se a linha de comboio não for mais rápida que o autocarro nem vale a pena, mas, a ideia é dar opções, e dar opções significa que ela tem de ser rápida. Isso significa que tem de ser uma linha que neste momento nós estimamos, e desenhamos, e projetamos, e nesse sentido. Aliás, quem quiser consultar o estudo no site que está aí no rodapé, vai ver que o desenho do traçado está fixado em modelo de terreno que nos permitiu, também, afinar aquela estimativa com a extensão dos túneis e dos viadutos, de forma a termos uma estimativa mais forte e mais sólida nesta fase, e também nos permitiu avaliar a questão dos tempos de viagem. Por exemplo, nós descobrimos que era possível, não tínhamos essa percepção quando iniciamos, descobrimos que era possível ter velocidades na ordem dos duzentos quilómetros hora logo a seguir a Amarante, portanto, logo a seguir ao túnel. Algo que à partida não esperávamos por causa do território. Portanto, esse desenvolvimento do estudo permitiu-nos descobrir isso, portanto, nós estamos a falar de uma linha, se quiserem de altas prestações, e o Senhor Ministro na altura, já não é Ministro, dizia para não falarmos em alta velocidade, para falarmos em altas prestações, pronto chamemos-lhe o que quisermos. Ela tem cento e sessenta quilómetros até Amarante, tem duzentos quilómetros até Vila Real, e tem duzentos e cinquenta quilómetros até à fronteira, e até Zamora, e terá trezentos quilómetros até Madrid, porque de Zamora a Madrid são trezentos, certo? Portanto, tempos de viagem, Porto - Vila Real quarenta e três minutos, Porto – Bragança uma hora e catorze, serão mais cerca de cinco ou dez minutos até Miranda, não é muito mais do que isso. Eu por acaso não pus aqui, peço desculpa. Mas, mesmo depois nas ligações ao resto da Europa, podemos ter uma ligação a Paris, partindo de Bragança ou partindo do Porto, que anda à volta das oito a nove horas. Não é uma ligação brilhante, mas, hoje é impensável, e é uma ligação que permite aquilo que é os comboios noturnos que estão a surgir hoje em dia, e mesmo noutros contextos de estratos sociais que possam não conseguir atingir os aviões. Porque, também já percebemos que os “low cost” (baixo custo) vão acabar mais tarde ou mais cedo. Portanto, esta contração espacial que estes tempos de viagem permitem, se calhar, não levem a mal por estar a meter a foice em seara alheia, que permite melhorar a atratividade dos médicos, que vocês há bocado, estavam a pedir, que não conseguem vir do litoral para aqui. Eles até já podiam nem ficar cá, mas, com uma hora de viagem podem cá vir e voltar à noite se quiserem, da mesma maneira que um médico que mora em Miranda do Douro pode ir ao Porto fazer o mesmo. Porque a inversão, a vantagem do transporte ferroviário, esta inversão, porque isto não funciona do Porto para cá, funciona de lá para cá e de cá para lá também. Porque nós de certeza que temos aqui também muitos jovens no Concelho de Miranda, com muitas qualificações, que hoje não estão cá



A

porque não conseguem e porque não têm trabalho cá. Agora vocês perguntam bem, mas a estrada faz o mesmo. Bom, há trinta anos que temos um plano rodoviário praticamente concluído, há cerca de dez anos que está concluído, portanto, ele demorou trinta anos a ser feito, e o que temos a ver é perder os serviços, porque temos mais estradas, e, ao contrário, se formos ver o que aconteceu em Espanha, é certo que Espanha também desertificou inicialmente, mas onde estão as linhas de comboio, naquelas manchas próximas da linha do comboio há gente.

Para concluir, a nossa visão ferroviária inclui e assenta nesta linha de Trás-os-Montes, não esqueceu a linha do Vale do Sousa, que é uma questão também ali da zona da área Metropolitana do Porto. Nós consideramos que a linha do Douro continua a ter um papel muito importante, primeiro para começar a criar este corredor logístico, Leixões - Espanha - Europa, e depois, obviamente, terá sua função turística e de agregação de um território muito mais condensado que a linha de Trás-os-Montes terá. Nós já defendíamos antes do Governo ter proposto, embora não defendamos com a maneira como o Governo agora propôs uma ligação, também, a Chaves, lá está, a começar a contrair depois de termos o grande eixo, começarmos a contrair o resto do território. Esta ligação Chaves tem de ser feita em cento e sessenta quilómetros hora, não pode ser feita com a reativação da linha existente. Ninguém, hoje em dia, infelizmente, vai andar num comboio a trinta quilómetros hora, a não ser que seja para turismo. Portanto, se queremos mobilidade ferroviária, temos de lhe dar velocidade e tempo de viagem, e também sei que é uma pretensão do distrito de Bragança, de muita gente aqui no distrito de Bragança, uma possível ligação do Pocinho a Vila Franca das Naves, que vem indicada, aliás, Pocinho - Vila Franca das Naves Guarda, não é Bragança. Mas, sei que há umas ideias, e já tivemos oportunidade também de analisar algumas dessas ideias, de eventualmente a ligação por Bragança, por Terra de Miranda, nós aqui apontamo-la por Miranda, por um simples motivo, poderá haver dificuldades técnicas no Vale da Vilarica. Portanto, se algum dia for feito, temos de ver bem, porque parte do território que vai ser feito, e acho que isto um dia terá mesmo de ser feito. Portanto, o grande tronco principal para estimular e depois, obviamente, temos de começar a encolher o resto do território. Porque também foi dito aqui há uns dias, e é verdade, o comboio não pode ir para a casa de todas as pessoas, mas, pode ajudar a contrair e a permitir-nos chegar mais perto.

De uma forma muito sintética, as outras conclusões, eu já vos fui dando, acho que esta ligação representaria uma revolução socioeconómica e territorial de toda a região, não é só de Miranda, não é só de Bragança, não é só dos sítios onde estão os apeadeiros, as estações, é toda a região e, inclusivamente a própria área Metropolitana do Porto, que passava a ter uma saída direta. Já a



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

teve durante muitos anos, foi-lhe retirada a alguns anos atrás, quando amputaram a linha do Douro, mas que, atualmente ganhou outra dimensão. Não é uma dimensão exclusivamente turística, é uma dimensão social. Nós conseguimos pôr as pessoas a mudar no território, aqui, ao lado dos nossos vizinhos, fizeram isto que estamos a tentar fazer hoje em Portugal, eles fizeram lá há vinte ou trinta anos atrás. Hoje podemos lá ir ver e perceber o que é que aconteceu com todas as linhas que eles criaram e como é que os territórios dinamizaram, e é esse modelo, e essa expectativa que eu acho que nós podemos ter para o nosso país.

Agradeço muito a vossa atenção, também em nome das três pessoas, além de mim, que vieram aqui comigo. Agradeço o facto de nos terem convidado, que foi um enorme prazer. Agradeço, também, o voto louvor que previamente aprovaram. Espero sinceramente que todos nós, toda a região se possa envolver, independentemente das cores partidárias, eu costumo dizer que o meu partido é o PF, o Partido da Ferrovia, e acho que nós, enquanto transmontanos, temos de militar todos um bocadinho neste partido. Tenho a certeza de que todas as ambições partidárias desejam o desenvolvimento dos territórios. Estes são projetos que demoram mais do que um mandato, ou dois ou três, nós temos de ter a resiliência, porque somos nós que cá estamos de continuar a lutar para que eles se façam e isto tem de ser supra qualquer uma dessas ambições. Nós só pedimos que se estudem, que se perceba se esta solução é melhor, e pedimos que usem o nosso dinheiro, dinheiro de Portugal, dos portugueses, da melhor maneira.

Se for a ligação de Trás-os-Montes, é a ligação de Trás-os-Montes, quando nos mostrarem que é a outra ligação cá estaremos, depois, para discutir os argumentos e para ver o que é que uma solução tem melhor para a outra.

Desculpem-me a falta de modéstia eventual, mas ao fim de um ano, e dois ou três meses, não temos tido muitas indicações de que este não seja o caminho.

Com este traçado, com outro traçado do corredor, é o corredor a norte do Rio Douro, e que agregue todo este território. Muito obrigado pela vossa atenção. Não sei se alguém quer colocar alguma questão.”

O Presidente da Assembleia Municipal propôs um voto de apoio que promova a causa da coesão territorial, e reponha uma injustiça. Seguindo-se a votação do voto proposto, que mereceu aprovação unânime por parte dos membros presentes nesta sessão.

Em seguida, abriu inscrições para intervir a respeito desta matéria, tendo-se inscrito os seguintes membros: António Santos, Eduardo Tiago Sanches da Gama e Jorge Jacoto Lourenço.



A

O **Deputado António Santos** iniciou a sua intervenção dizendo que, efetivamente, promove a coesão territorial, repõe uma injustiça de décadas, que é a não existência da ferrovia em condições em Trás-os-Montes. Perguntou o que é que se pode fazer, mas, como o Presidente da Assembleia Municipal já se tinha adiantado no sentido de se propor um voto de apoio que há de chegar às instâncias superiores, porque isto está em discussão pública até dia vinte e oito de fevereiro, afirmou que tudo o que estiver ao alcance deste órgão fazer, com certeza que podem contar com o respetivo apoio, porque lhe parece que isto é estruturante para a toda a região de Trás-os-Montes e para Miranda do Douro também. Apontou apenas um pequeno senão no mapa apresentado, referindo que embora esta ação se chame Terras de Miranda, lhe parece que está apontado para Vimioso.

O **Presidente da Associação Vale d'Ouro** respondeu que, tecnicamente, está mais perto de Ifanes que propriamente de Vimioso.

O **Deputado António Santos** disse que se está em Vimioso que deveria estar mais perto da fronteira.

O **Deputado Eduardo Tiago Sanches da Gama** cumprimentou novamente todos os presentes e prosseguiu fazendo um enquadramento histórico. Tendo falado a respeito da sua família, conforme a seguir se transcreve:

"Portanto, recuando ao meu trisavô, hoje estou eu aqui de representante para identificar, foi a pessoa que fez a entrada de Miranda, aquela ponte que ainda está de pedra, portanto, era engenheiro das obras públicas, tinha um projeto para o comboio sair de Duas Igrejas, e sair em cima do Penedo Amarelo. Portanto, estamos a falar de 1890, portanto, agradeço também do Partido Ferroviário lá de casa, já sou há, não sei quantos anos. Entretanto, os dois filhos dele, o meu avô, meu bisavô e o meu tio bisavô, um deles, o Abílio Bessa, que fez força para o comboio chegar a Bragança, e, portanto, apesar de mirandês aqui, se calhar, dizia que a linha devia vir direta, mas por questões familiares, acho que tem que ir a Bragança. Portanto, se houve tanta luta para ir alguém da família, acho que se deve manter e depois passar por Miranda. Fazia só enquadramento histórico. Esta ponte de Miranda pedra foi feita com vinte anos de antecedência, porque se sabia que o comboio ia chegar ao Pocinho. Pode-se comprovar o que eu digo é só consultarem na net, na altura, havia um jornal que era o Mirandês e explica lá tudo. Que era para compensar o sul do Concelho, porque o norte era sempre beneficiado. Como está a ser agora, estamos a vir pelo IP 4, mas depois fizemos um comboiozinho.



Handwritten signature and initials in the top right corner.

Sobre o que falou da ligação acho que depois seria muito importante acabar a ligação de Duas Igrejas, e depois seria a continuação, ou ver se recuperavam uma linha ou como é que iam fazer. Porque essa linha tem de ser a linha, que pode ser de baixa velocidade, que vai ser a linha do ouro, vai ser a linha do turismo, isso não há dúvidas. Levem as mercadorias por cima, conforme eu disse, há bocado na brincadeira, nós, com o comboio a andar a duzentos e cinquenta à hora nem vamos ver o comboio a passar.

Pôr-me ao dispor de tudo o que quiserem, de apoiar e é uma iniciativa e temos de fazer muita força porque sei que vai haver pressões para o comboio descer em Portugal é sempre a descer, não é? Portanto, nós temos de fazer o comboio subir nesta olhando para o mapa é mesmo dizer isso. Temos de dizer que a opção é de cima, é a nossa opção e acho que é melhor e muito obrigado pela apresentação e tenho dito."

O Presidente da Junta de Freguesia de Picote, Jorge Jacoto Lourenço, cumprimentou a todos e em seguida apresentou a seguinte intervenção:

"Eu quero mais uma vez felicitar aqui a Associação Vale d'Ouro, primeiro por este trabalho pro bono que foi feito em prol deste território, e de facto, acho que é importante que, além do voto de louvor, que seja aqui subscrita esta moção de apoio a este trabalho e que faça chegar a todas as entidades. Primeiro porque isto está em discussão pública, e é importante que chegue às entidades nesta altura. Eu penso que é premonitório que isto seja apresentado aqui, poucas horas depois da demissão do Senhor Ministro da das Infraestruturas, que obviamente, terá alguns também interesses, ele é da região centro, e, portanto, esperemos que aqui haja efetivamente coesão territorial e se olhe para isto da forma como deve ser visto, e que se verifiquem todos os pressupostos que garantam, e está aqui foi já demonstrado, que a melhor solução é a norte do Rio Douro. E deixava aqui um apelo nesta semana, está a dar na SIC, passa a reportagem e comboios do mundo, eu convido a todos a verem, eu sou tenho aqui algum conflito de interesses porque sou apaixonado por comboios. E deixo só para terminar isto, que é, aqueles investimentos que têm vindo a ser feitos na linha do Norte, por exemplo, e eu sendo apaixonado pelos comboios aqui há uns anos, fazia a viagem no alfa pendular de Lisboa para o Porto, cheguei à Estação de Aveiro e eu ia à frente e pedia ao pica se não se importava, se ele me permitia que eu fosse a cabine do maquinista, e assim foi, eu tive a felicidade de fazer a viagem do alfa pendular de Aveiro até ao Porto e em conversa com o maquinista, ele dizia-me, de facto, era lamentável porque o alfa pendular era do melhor em termos de equipamento que existia em Portugal a nível Internacional, inclusivamente, mas não compreendia, porque ele tinha sido também maquinista do foguete, para



aqueles que ainda se lembram do foguete, depois do investimento que tinha sido feito na linha do Norte, aquilo que tinha sido o ganho de viagem entre Lisboa e Porto, tinham sido trinta minutos. É incompreensível! E, portanto, penso que este é a prova de que, efetivamente, um trabalho desta natureza deve ser avaliado por todos os decisores políticos, e que, se tome a decisão de acordo com aquilo que é uma mais-valia para o território, e que, deixemos de parte a nossa quintinha e olhemos para isto como algo que pode ser fundamental para o desenvolvimento e para desencravar estes territórios desertificados, e que, possamos promover aqui o desenvolvimento do nosso território. Obrigado, um bem hajam e que efetivamente possamos levar ao porto este exercício, de termos já não será para nós, mas será os meus filhos, a nós, obviamente, eu que sou um apaixonado, teria o prazer de o fazer a viagem também, caso contrário, se conseguirmos garantir que as gerações vindouras possam beneficiar deste desenvolvimento, seria extraordinário. Obrigado, e um bem hajam!"

O Presidente da Associação Vale d'Ouro comentou que espera que hoje não vá voltar a andar de alfa pendular, porque hoje demora mais vinte minutos de que há dez anos. Portanto, está a demorar duas horas e cinquenta minutos, e isto, infelizmente, depois de quatro mil milhões de euros, quer dizer, não foi tanto, acabaram por não o gastar na ferrovia 2020, é um bocado estranho onde é que andamos a fazer o nosso investimento. Aquilo que, se me permitem a ousadia, eu vos desafio a não só em Miranda, mas depois se, eventualmente, a Senhora Presidente através da CIM de Trás-os-Montes, e acha que para isto acontecer é preciso que a região se una de uma maneira nunca antes vista, isto tem que começar em Miranda e tem que acabar no Porto e tem que ir toda a gente atrás. E não são só os municípios que são atravessados pelo Concelho. O meu município é parcamente atravessado, mas eu vou ficar a dez minutos de uma estação de alta velocidade, ou de um apeadeiro de alta velocidade. É isso que é preciso, de uma vez por todas, para resolver não só o problema ferroviário, como também os outros problemas todos que nós temos aqui no território. É preciso que uma vez por todas nós comecemos a olhar todos como um bloco, que nós cada vez somos menos, e agora quase que nos conseguimos convocar por WhatsApp, somos cada vez menos, mas temos de fazer isso. Sobre a questão das velocidades, esse é um dos problemas que também recomendou que estejam atentos na discussão do Plano Nacional Ferroviário. É preciso velocidade para termos tempo de viagem competitivo. Se esta linha for feita para demorar o mesmo tempo que demora um autocarro de Bragança ao Porto, nos carros, está-se a deitar dinheiro, que é nosso, para o lixo. Porque ninguém vai mudar, porque as pessoas estão habituadas a andar de autocarro, e só vão mudar se perceberem que isto é melhor.



Handwritten marks: a stylized 'S' or 'G' symbol and the letter 'A'.

Não podemos permitir, enquanto cidadãos, que isso se faça em nenhum setor da sociedade, não é só na ferrovia. Nós temos de ganhar tempo de viagem. É por isso que algumas ligações, às vezes, atualmente, não fazem sentido. Há pouco falava da ligação da linha do Sabor, da reativação para fins turísticos, nada contra. Infelizmente, ela, nas condições em que estava, para mobilizar, nós não podemos demorar duas horas do Pocinho a Miranda do Douro, isso não pode acontecer. É nessa perspetiva que nós, às vezes, não incluímos essas ligações nestas visões, da mesma forma que eu vos disse Vila Real/Chaves para integrarmos Chaves nesta linha, tem de ser uma linha de cento e sessenta quilómetros hora, no mínimo, para dar o tempo de viagem bom. Portanto, estas são as questões, mas, fundamentalmente é a união da região. Nós temos, de uma vez por todas, lanço-vos o desafio que estamos aqui na ponta oriental, é levar tudo de seguida, até à ponta ocidental e levarmos de preferência de comboio e toda a gente a reboque da solução que melhor sirva o interesse do país e a nós enquanto região.

Mais uma vez, muito obrigado pelo vosso tempo.

O Vereador Carlos Ferreira fez uso da palavra apresentando agradecimento pela apresentação feita pela Associação Vale d'Ouro, prosseguindo conforme se segue:

"Sou vereador da oposição, pelo Partido Socialista, aqui em Miranda e queria deixar uma palavra de agradecimento a esta Juventude que se dedicou a ajudar-nos a pensar, o que às vezes é o mais importante, é ajudar-nos a ter outra perspetiva das coisas.

José Saramago, que fez há pouco tempo cem anos, escreveu aquele fantástico livro "Jangada de Pedra", que é a Península Ibérica. E, como muito bem disse, eu sou geógrafo de formação, "encurtar território" é uma frase fantástica, e *encurta a território, não só do ponto de vista da região norte, do ponto de vista, também da Península Ibérica e também do ponto de vista da Europa. E às vezes nós pensamos que isto são miragens que nunca vão chegar, mas, não só vos queria dizer, se houver alguns ou algumas que não sabem, que no espaço mais ou menos de vinte cinco anos, o tempo depois de aderir à União Europeia, que foi em 1986, a Espanha transformou-se no segundo país do mundo com a maior rede de alta velocidade, a seguir ao Japão. E temos grandes produtores de alta velocidade, como é o caso da França, e como é o caso da Alemanha, com o TGV e todos estes comboios europeus de alta velocidade, também a Itália, e a Espanha, transformou-se, de repente, porque todos os partidos políticos eram partidos do PF. E uns a seguir aos outros, transformou a Espanha no segundo país do mundo com a maior rede de alta velocidade, e isso é uma coisa que se transforma no tempo de uma geração, vinte cinco anos. Muito obrigado."*



Handwritten marks: a circled 'G' and a large 'A'.

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu mais uma vez por terem vindo, ficando com a ideia de que ficaram todos alertados para isso, e que se for preciso, vão todos de trator para o Porto.

10. Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e de Recrutamento.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim quisessem interviessem neste ponto, tendo-se inscrito os membros seguintes: António Santos e Marisa Ortega.

O **Deputado António Santos** manifestou-se em relação ao assunto supramencionado, conforme se segue:

"Relativamente à questão do orçamento parece-nos um é um orçamento de continuidade. Mais uma vez, acho que podia já não ser, não é? Já não é o primeiro que já se podia ter feito outro tipo de intervenção. Parecem-me um pouco irrealistas os valores apontados, depois, vamos ver, até posso estar errado, mas depois veremos a taxa de execução. Aumentou aqui uns milhões relativamente ao ano passado, isso levanta-nos algumas, enfim, espero que sim.

Desejo que corra tudo bem, mas depois veremos a taxa de execução, dizem os técnicos que ao fazer um orçamento, se deve ter o cuidado de orçamentar por cima, para poder acomodar receitas que venham. A não ser que estejam já à espera de algumas receitas da barragem, ou de compensação, estou a ver muitos milhões e depois pelo que estou aqui a ver, quer dizer, enfim, espero estar errado.

Relativamente a questões fulcrais com as quais nós não concordamos, pois, continua a questão do seguro de saúde. Nós não concordamos, aceitamos perfeitamente que vocês o proponham e o façam porque foi vossa bandeira, não é a nossa, e, portanto, isso leva-nos a nós a não poder aprovar esse orçamento, nesse sentido. Acho que o pedido da nossa colega relativamente ao Centro de Saúde que é pertinente, nós temos de trabalhar isso. O Ministério da Saúde atribuiu vagas para aqui, para o Centro de Saúde e foram abertos concursos, e ficam continuamente desertos, ninguém quer vir para cá, ninguém quer vir para o interior.

Eu acho que é papel do município tentar de alguma forma melhorar esta situação e tornar mais atrativa uma colocação cá. Claro diz muito bem, se calhar daqui a uns anos estamos a pedir o mesmo para os professores, lá chegaremos.

Acho que o município neste sentido devia fazer mais nisso. Como sabem a nossa ideia de campanha na altura não passava pelo seguro de saúde, passava muito mais no reforço de técnicos de saúde que pudessem colaborar com o Centro de Saúde. Que vocês também têm estado a fazer



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

isso de alguma forma, mas, também neste caso em relação aos médicos, acho que devem ser criadas condições que permitam a fixação de médicos. Não é por falta de vaga, é porque ninguém quer vir para cá. Isso é aflitivo. E no dia em que vocês entregarem o Seguro de Saúde, muito bem, legitimamente à população, mas tivermos o Centro de Saúde fechado, como já esteve ontem, como já esteve lá na semana passada, alguns períodos, a população vai-se queixar do Governo, mas também se vai queixar do Município. São questões complicadas e que colocam em causa, portanto, faço daqui um apelo no sentido de que se criem condições para tornar e apoiar a vinda de médicos para o Concelho.

Eu sei que não é obrigação do município primeiro, eu sei que não, mas o Governo criou as vagas, se não tivesse criado vaga, aí eu nem sequer aqui abria a boca.

A questão de todo município era, como dizia, há pouco se pagam mais em Miranda, porque é que não vão pagar mais em Vimioso ou e Mogadouro? Não é? Tinham de pagar mais a todos e depois os enfermeiros também queriam e os professores também queriam, todos queriam.

Ainda relativamente à questão do matadouro do Planalto, como é que vai ser a gestão desse matadouro? É por cotas? É só do município? Porque o que estava, pelo menos apalavrado, não era por quotas.”

O Vice-Presidente da Câmara Municipal explicou que por cotas é apenas a construção do equipamento.

O Deputado António Santos disse ainda a este respeito que se a manutenção é toda da responsabilidade do município, isso lhe levanta mais alguma preocupação, porque, em termos de sustentabilidade, pode vir a trazer problemas de futuro, porque é tudo por conta do Município de Miranda do Douro.

Colocou a mesma pergunta em relação à Zona Industrial do Planalto, comentando que se denomina do Planalto, mas que, efetivamente é só de Miranda do Douro, sublinhando que, em termos de gestão não tem qualquer interação com os outros municípios.

E, para terminar, disse que lhe parece que este orçamento é um pouco irrealista pelos valores envolvidos, mas que aceita e é bom que haja vontade de investir e que isso se verifique.

A Deputada Marisa Ortega dirigindo-se aos membros presentes cumprimentou-os, nomeadamente, o Senhor Presidente da Mesa, a Senhora Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados Municipais, e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Continuou a sua intervenção nos termos a seguir transcrito:



“Discutimos e votamos hoje o orçamento da Câmara Municipal para o ano 2023. Um orçamento de vinte e cinco vírgula nove milhões, mais sete milhões de euros face ao ano de dois mil e vinte e dois e é o maior aumento de sempre.

As marcas deste orçamento, é um orçamento que aposta claramente no investimento público, nas áreas da educação, ambiente, requalificação dos espaços públicos, e infraestruturas urbanas, em que destacamos a construção, do tão falado, Matadouro do Planalto, a reabilitação e valorização do Fresno, o Pulmão da Cidade, a requalificação da EB1 de Miranda do Douro, a construção da Zona Industrial, em Duas Igrejas, e a construção de um sistema de abastecimento de água no setor sul do Concelho, a criação da Comunidade de Energias Renováveis, entre outros.

É um orçamento com uma aposta na política fiscal competitiva e amiga das famílias e das empresas. Neste sentido, destacamos, a aprovação da isenção da derrama, que já aqui falamos, nos moldes em que se aplicava para as empresas, a redução das derramas, a devolução de 50% da participação variável do IRS às famílias, a manutenção do IMI no mínimo legal de 0,3% e a redução do IMI às famílias com dependentes a cargo. É um orçamento com uma aposta clara nas pessoas e na saúde, na sua saúde e bem-estar dos Mirandeses.

No primeiro semestre de dois mil e vinte e três, será lançado o concurso para o seguro municipal de saúde, cumprindo-se assim um dos compromissos de campanha. Também é papel do município interceder junto ao Governo para que haja incentivos para o interior, neste caso, a falar do assunto do Centros de Saúde, e não só para um médico específico, porque não faria muito sentido. Sim, acho que o município aqui tem de interceder junto ao Governo, ver se conseguimos arranjar incentivos para o interior, para todos os médicos, e para todos os outros profissionais que se possam estabelecer aqui na nossa região.”

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Executivo caso pretendesse fazer algum comentário aos comentários.

Entretanto solicitou o uso da palavra o Deputado Fernanda Vaz das Neves, tendo-lhe sido concedida.

O Deputado Fernando Vaz das Neves deu início à sua intervenção, apresentando os seus cumprimentos a todos em geral, e prosseguiu conforme passa a ser transcrito:

“Muito boa tarde, Senhor Presidente, Membros Executivos, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta.

Felicito o Executivo por este orçamento que apresenta, eu quase diria que é o primeiro, porque o outro foi mesmo em cima do joelho, a correr, devido à época das eleições, como ocorreram. E



A

felicito o Executivo também por começar a dar cumprimento aos compromissos de campanha, e um deles é o seguro municipal de saúde. E confesso que me mete alguma confusão ver o Partido Socialista contra o seguro municipal de saúde. O Partido Socialista arroga-se muito como defensor dos pobrezinhos, dos desgraçadinhos, uma espécie de pai do Estado Social, pai e mãe, tio-avô e depois, na altura em que têm a possibilidade de ajudar os mirandeses, vota contra o seguro municipal de saúde. Mas se calhar incoerência porque o Estado Social, ao contrário do que a esquerda diz, não foi criado pela esquerda, isso um mito urbano. Foi criado por um Senhor chamado Bismark, precisamente contra o socialismo 1880, mais coisa menos coisa.

E também, Senhor Vereador Carlos Ferreira, não vislumbre aqui a privatização da saúde municipal, que ninguém vai privatizar nada, antes pelo contrário, este seguro complementarás falhas do Serviço Nacional de Saúde que existem. E como existem, e como os Mirandeses são tão Mirandeses como os outros portugueses, também têm direito a consultas de especialidade, e a meios de diagnóstico em tempos normais, e não estar à espera um ano, ou dois por consultas. Daí que, se a Doutora Virgínia nos pede ajuda, por um lado, eu tenho a certeza de que o Executivo, naquilo que puder, irá ajudar também, me parece que é legítimo, aprovar este seguro de saúde para favorecer e ajudar os mirandeses na sua saúde.

Mas, também tem de ficar aqui, claro, uma coisa, tal como o executivo tem toda a legitimidade para lançar o concurso e aprovar o seguro municipal de saúde, o Partido Socialista também tem para votar contra, mas têm de nos dizer uma coisa, se quando nós implementarmos um seguro de saúde, se vai querer, ou se vai abdicar dele? É que, eu não posso andar à segunda e à terça a falar mal dele, e à quarta e à quinta utilizá-lo.

Não se ria Professor António, é muito simples, diga que também abdica dele.

Como também fica mal vir aqui ser contra o seguro municipal de saúde quando tem ADSE que é paga por todos nós, e por todos os mirandeses. A Câmara Municipal gasta por ano em ADSE cento e cinquenta mil euros, saem dos impostos todos nós. Prescinda do seguro municipal, prescinda da ADSE também, e seja coerente com aquilo que defende. Muito obrigado. "

O Presidente da Assembleia Municipal aceitou as inscrições propostas pelos seguintes membros: Paulo Barbosa, Emanuel Bernardo, António Santos e Virgínia Preto.

O Deputado Paulo Barbosa disse que tem a impressão de que aqui há um grande engano. Afirmou que ninguém está contra a saúde dos Mirandeses. Sendo que, em sua opinião, um seguro de saúde para toda a gente, mesmo para quem não precisa, é errado. Porque considera que



SP
A

havendo seguros, deveriam ser direcionados a quem precisa e não a toda a gente. Declarando, devido a essa mesma razão, que ele abdica do seguro de saúde.

O Deputado Emanuel Bernardo interveio conforme a seguir se transcreve:

“Mais uma vez eu queria aqui, por um lado, partilhar da opinião do Professor António, quanto a um orçamento que eu acho que é elevado, e vamos ver daqui a um ano e meio a sua taxa de execução, porque os valores aumentam muito e não me parece altamente realista a esse nível. Em relação ao seguro de saúde, de que se estava aqui a falar, eu acho que é uma opção política, ideológica, e natural que o Executivo tem, que lhe foi dada. Agora, aqui não se fala de mais ou menos saúde, ou de abdicar, fala-se que, no nosso entender, esse valor, neste caso, são os trezentos mil euros que estão previstos, dariam para suprir outras falhas.

A Doutora Virginia falou de algumas delas, que poderiam ser ajudadas, temporariamente, e é disso que se trata. não se trata aqui da questão de uma pessoa ser propriamente contra.

Eu acho que se trata sobretudo de uma opção política que, no nosso entender, deve ser diferente, mas, é uma questão que o Executivo tem toda a sua legitimidade política para o fazer.

Querida também aqui, falando desse orçamento elevado que tanto aumentou, em certas rubricas como a cultura, como o desporto, como o turismo, esse valor não foi acompanhado, o que a mim me causa alguma confusão.

Querida também questionar o Executivo, se foi repensado, ou se de alguma maneira repensou, ou não, a questão da atribuição de verbas às Juntas de Freguesia, e nós sabemos que, infelizmente, muitas vezes os governos não transferem o que seria necessário para suprir isso.

Eram essas as questões que eu queria colocar aqui sobre o orçamento, que tem algumas obras previstas, e que, como eu disse, daqui a um ano esperemos que seja um orçamento com uma alta taxa de execução, porque isso é o bem de todos nós. Temos visões muito diferentes sobre ele, mas, esperemos que se consigam resolver muitas das dificuldades dos Mirandeses, porque é isso que nós esperamos.”

O Deputado António Santos fez uso da palavra dizendo que o Deputado Fernando disse uma coisa acertada, que o Município tem toda a legitimidade para implementar o seguro de saúde, afirmando que, em contrapartida, a oposição tem toda a legitimidade para se opor, posição que sempre defenderam, não tendo sido nada criado agora, sendo agora a altura.

Referiu que o que o Deputado Fernando Vaz das Neves acabou de dizer, a respeito de abdicar, é pura demagogia política. Pediu desculpa por lhe dizer que nunca viu demagogia como esta nesta sala, parece-lhe demagogia de redes sociais. Afirmando que ele não embarca nisso.



Handwritten initials and a large letter 'A' in the top right corner.

Referindo-se ao Deputado Paulo Barbosa, que afirmou que abdicava do seguro de saúde, ele não pretende abdicar de nada, porque se considera um cidadão de Miranda como outro qualquer. Referiu que o Deputado Fernando Vaz das Neves tinha perguntado no início se eram cidadãos, ou se eram membros da Assembleia. Respondeu que lá fora são todos cidadãos. E se o partido que está no poder ganhou, muito bem, mas que, claramente, a Presidente da Câmara é a sua Presidente também, e que, com certeza, que este Executivo é o seu Executivo, enquanto cidadão. Declarou que não concorda com certas medidas, expressa a sua opinião, que não tem medo nenhum de fazê-lo, afirmando que não entra em demagogias, nem mentiras. Pediu novamente desculpa e terminou a sua intervenção.

A Deputada Virgínia Preto, quanto à questão do seguro de saúde, expressou a sua posição em conformidade com o que a seguir é transcrito:

"A minha posição relativamente ao seguro de saúde, e acho que, ele pode ser uma mais-valia para os Mirandeses. Ponto Final. Agora, se calhar, temos de ter algum cuidado, e eu dava uma sugestão ao Executivo, fazer, para já, só um contrato durante um ano e seria a título experimental, e víamos como é que as coisas corriam. E depois, mediante o que acontecesse, ou renovava-se, ou então, poderíamos chegar à conclusão que não respondia propriamente às necessidades da população do nosso Concelho e terminarmos. Por outro lado, como o Deputado Fernando disse, o seguro de saúde é um seguro no sentido de complementar as falhas do Sistema Nacional de Saúde e então aquela proposta que eu fiz e aquilo que eu tenho vindo a insistir, aquilo que propus ao Executivo será também no sentido de complementar uma falha do Sistema Nacional de Saúde. O Sistema Nacional de Saúde não nos consegue resolver o nosso problema para Miranda, daí que eu estou a pedir a ajuda do Município. Se for preciso, temos uma reunião com o resto dos colegas, os médicos, vemos aquilo que poderemos fazer. O que é certo, é que é uma situação urgente, emergente, é por isso que eu estou aflita, entre aspas. Porque não queria que a nossa consulta aberta fechasse, não quero de forma nenhuma. Quero que os nossos munícipes tenham os melhores cuidados de saúde e aqueles a que têm direitos, e, portanto, é isso, estou a alertar, estou a pedir ajuda, é só nesse sentido. Fazia um apelo ao Executivo para se tentar articular também com os médicos do Centro de Saúde, no sentido de darmos a melhor rentabilidade ao seguro de saúde. Porque é aquilo que eu digo, muitas vezes, eu própria encaminho os utentes, dizendo-lhe assim, "olhe no Sistema Nacional de Saúde para conseguir uma consulta da especialidade A ou B demora três, quatro, seis meses, aconselhava a ir particular a um



W
A

determinado especialista, portanto, tinha uma opinião e depois, mediante isso, se for preciso recorrermos ao Sistema de Saúde, complementamos.

Portanto, não me parece que aquilo que eu estou a pedir ao Executivo, e, acho que devíamos fazer uma reunião com as colegas, as poucas que estamos no Centro de Saúde, nesse sentido. Não tenha medo de dizer, se estamos a pagar a um médico mais não sei quantos mil euros por mês, as colegas já disseram que não é esse o problema, que queremos é colegas que nos ajudem, portanto, não tenham medo de nós irmos, exigirá isso ao Executivo, "Ah se estão a pagar a tanto, então nós também queremos, é essa é a questão. Estamos a falar de um médico, estavas a falar de um complemento à falha do Sistema Nacional de Saúde. É só isto que eu queria esclarecer, e é mais uma vez peço ajuda."

O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Lísis Gonçalves, cumprimentou o Senhor Presidente da Mesa, a Senhora Presidente, os membros do Executivo, a Senhora Secretária, os membros das Juntas de Freguesia, Presidentes, Deputados e demais presentes e prosseguiu nos seguintes termos:

"Eu só queria reservar aqui a situação que toquei na última Assembleia, e desafiei o Executivo para que na delineação deste orçamento para dois mil e vinte e três tivesse em conta a inflação dos últimos anos sobre os custos que são inerentes, por exemplo, à manutenção das vias dentro das aldeias, das transferências de competências, dos contratos celebrados anteriormente.

Penso que, em conversa em off com o Vereador Nuno, não foi isso que ele percebeu e deixo aqui bem claro que, desafio o Executivo a atribuir um acréscimo de 16% a todos os contratos celebrados com todas as Juntas de Freguesia. Não só pela inflação deste ano, mas pela inflação de 2021, 2020, 2019, 2018, dezasseis por cento. Deixo aqui o repto, obrigado."

O Vereador Carlos Ferreira fez uso da palavra para agradecer a palavra que lhe foi dada pelo Senhor Presidente e cumprimentar aqui toda a Mesa que o ladeia e a todas as pessoas aqui presentes, os Senhores Deputados, e dizendo que o Senhor Deputado Fernando Vaz das Neves o interpelou questionando a sua opção política. Dirigindo-se ao Deputado referido proferiu as seguintes palavras:

"Senhor deputado, evoca com boca assim grande a Democracia, deixemos as pessoas ter a sua opção. Agora, a agente, por vezes, canalizar o discurso para uma certa agressividade demagógica também é, como diz o outro, fazer dos outros um "cachico" burros. Ou será que o senhor deputado não sabe que o PSD votou contra a criação do Serviço Nacional de Saúde? E, portanto, aí também todas as pessoas que pertencem ao PSD deviam prescindir do Serviço Nacional de Saúde. Nós



Handwritten initials and a large letter 'A' in the top right corner.

sabemos que as coisas não funcionam assim. Bem, as pessoas têm opções políticas, cada uma assume as suas, eu assumo as minhas, é só isso."

A Presidente da Câmara Municipal teceu alguns comentários a respeito do orçamento apresentado para dois mil e vinte e três, conforme se segue:

Relativamente a este orçamento, claro que este orçamento tem a legitimidade de quem vo-lo apresenta. Somos nós que neste momento estamos no poder e esta é a nossa visão para o Concelho.

Relativamente ao seguro de saúde, jamais em tempo algum alguém nos ouviu falar que nós queríamos, com a implementação do seguro de saúde, sobrepor-nos ao Serviço Nacional de Saúde, não é isso que acontece. Aliás, quem é beneficiário da ADSE também continua a utilizar o Serviço Nacional de Saúde. Não é isso que, jamais, vai acontecer. Temos a consciência da população envelhecida e doente que temos, e o seguro de saúde, para nós, na nossa visão, é uma forma de ajudar e chegar a muitas dessas pessoas que de outra forma não teriam acesso a esses médicos. E claro, Doutora Virgínia, os médicos, mormente os médicos de família, vão ser imprescindíveis, vão ser um instrumento imprescindível na execução do seguro de saúde. Sem vós, o seguro de saúde não faz sentido, naturalmente.

Outra situação, o Deputado Emanuel Bernardo hoje está do contra, mas, não há necessidade. Às vezes também há um bocadinho de excessos, mas não é isso que está em causa.

O acusar este Executivo da falta de apoio às Juntas de Freguesia, não é verdade, porque nós, nos pontos que temos imediatamente a seguir, verificam-se vários pontos respeitantes à celebração de vários protocolos com juntas de freguesia, portanto, nós estamos atentos.

Eu já vos disse, mais do que uma vez, e os Presidentes da Junta são testemunha disso, eu já vos transmiti várias vezes que os nossos gabinetes estão sempre abertos. Claro que nós não temos a solução para tudo no imediato, mas, com a celebração destes protocolos, pensamos que é um instrumento, uma forma de alavancar as juntas de freguesia.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal fez uso da palavra para responder a alguns dos membros que intervieram anteriormente, consoante passa a ser transcrito:

"Ó Carlos, desculpa lá, mas, eu vou ser mais ousado do que o Fernando Vaz das Neves foi.

Eu vou pedir aos membros, aos Deputados do Partido Socialista, que pensem bem neste orçamento, e que pensem bem pelo seguinte: é um orçamento que tem vinte e cinco milhões e novecentos mil euros. E o Professor António dizia, e bem, nós temos de pôr sempre a fasquia pelo máximo. Nós temos um matadouro que são quatro milhões de euros, se o conseguirmos executar



até ao final do ano dois mil e vinte e três, temos de pagar os quatro milhões. Mas, se só fizemos metade, só vamos pagar dois milhões. E é nisto que pode não haver o cumprimento, agora, o dinheiro que aqui está, é todo com garantia de projetos, a não ser o do matadouro, os demais têm todos. O abastecimento de água ao setor Norte, são quatro milhões de euros. O Fresno, são um milhão e duzentos e trinta mil euros, o Pulmão da Cidade é um milhão cento e setenta mil euros e a Escola EB1 de Miranda do Douro setecentos e quinze mil euros. É a soma destes valores que dá o valor de vinte e cinco milhões, ponto nove, talvez não seja um orçamento irrealista, ó Emanuel, é bem realista, porque há fundos. Agora, se me dissessem, conseguimos acabar as obras todas, algumas temos de acabar mesmo. Outras, por exemplo, a do matadouro, não temos a obrigatoriedade de o acabar em dois mil e vinte e três, mas nós queríamos muito. Outra questão, é o Seguro Municipal de Saúde, votar contra este orçamento só porque lá consta um Seguro Municipal de Saúde, que representa trezentos mil euros, é mau demais.

Pensem nisto, não é por causa de um seguro que vocês votam contra o orçamento, é porque é o osso orçamento, é só por isso, e assumam-no, ponto final. Agora, arranjar a desculpa do Seguro Municipal de Saúde para votar contra, não vale a pena!"

O Vereador Vítor Bernardo fez uso da palavra para dizer o seguinte:

"O Deputado Emanuel Bernardo veio com o argumento de que havia a pretensão do Executivo de utilizar um projeto já antigo, foi esse projeto que foi utilizado, mas mal, um projeto mal feito, e foi utilizado por uma razão simples, porque não havia tempo de não o ter lançado nesta altura do campeonato. O loteamento que tem de se fazer não está feito. Aquilo tem vinte e quatro lotes, mas nós não sabemos, sabemos no desenho, mas não sabemos se vai ficar o lote um à esquerda do IC 5, ou o lote dois na casa do Armando Correia, nós não sabemos isso ainda. Esse loteamento ainda não está feito, tem de se lotear, temos que saber onde é que é. E depois, o Executivo tentou corrigir o tiro, corrigir a execução do projeto em si, da implantação, mas não foi possível e teve de ser lançado assim, porque senão o Executivo está na iminência de perder um milhão e quinhentos mil euros de financiamento. Era disso que estávamos a falar.

Relativamente ao início do seguro municipal de saúde, ó Doutora Virgínia deixe-me só dizer-lhe uma coisa, o caderno de encargos, tem setenta páginas, muito técnico, não fui eu que fiz, como é evidente. Eu não sei o que é uma laparoscopia, por exemplo.

O primeiro fator para escolher as seguradoras, é ter um médico cá, em Miranda. O segundo fator é articular bem com o Serviço Nacional de Saúde, articular bem em termos de informação. Não é chegar ao médico do SNS, da consulta aberta, não, é articular bem. O terceiro fator são as



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

consultas de especialidade, aquelas demoram dois anos, que neste caso do SMS, se demorarem mais de trinta dias são penalizados. É assim que funciona o mercado. Há mais um sub fator, que é o transporte das pessoas para fora, para a Terra Quente, para a Terra Fria, para o que se chama um hospital.

Outra coisa, isto não é nada ideológico, porque Figueira era um município do PS e tinha seguro municipal de saúde. Agora é do PSD, tem seguro municipal de saúde, portanto isto não é nada ideológico. Eu presumo que aquilo tenha funcionado bem porque eles tiveram dois anos, se tivesse funcionado mal, não estava a funcionar.”

A Presidente da Câmara Municipal interveio para falar relativamente a outro ponto bordado pelo Deputado Emanuel Bernardo: desinvestimento na cultura.

Considera que o Executivo Municipal já conseguiu provar ao longo deste ano que se podem fazer omeletes sem ovos, porque nunca antes, em tão pouco tempo, houve tantas iniciativas culturais no Concelho.

Lamenta que muitos dos que estão presentes na sessão não participem neles. Isso é o que mais a lastima.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, dirigindo-se aos Presidentes de Junta de Freguesia, referiu que o Executivo abdica do protocolo que tem estado a ser celebrado com as juntas de freguesia, e em vez de dar 16 %, conforme solicitado pelo Presidente da Junta de São Martinho, ser-lhes-á dado 20 %.

O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho solicitou o uso da palavra para comentar que o Sr. Vereador Nuno Rodrigues não tinha percebido o que ele tinha dito a esse respeito, afirmando que também existiam investimentos ocasionais nas próprias freguesias, com investimentos diretos. E que não se está a referir a esses que o Executivo está a cumprir, e muito bem. Refere-se ao que está feito para trás, porque as juntas de freguesia têm verbas alocadas específicas, no caso da autarquia que representa recebe, por exemplo, sete mil euros, e esse valor vem sendo transferido há cinco anos. Pondo em questão se será possível conseguir fazer o mesmo atualmente com sete mil euros. Perguntou porque é que não se reúnem todos os Presidentes de Junta com o Executivo e dizer que os contratos referentes à transferência de competências serão reavaliados e vão ser reajustados à taxa de inflação, é isso que está a pedir, e não está a pedir que eliminem os protocolos ocasionais.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Presidente de Junta de Freguesia de São Martinho, disse que estão em funções há um ano, e que este ano fizeram este protocolo,



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

apelando para que os deixe sentar e perceber como estão as coisas, para posteriormente poderem ajudar mais, porque nunca se recusaram a ajudar as juntas de freguesia.

O Deputado António Santos solicitou novamente o uso da palavra e tendo-lhe sido concedida aludiu que, sendo o Seguro Municipal de Saúde complementar ao Serviço Nacional de saúde, não se percebe que, sendo complementar, o apoio ao Centro de Saúde também devia ser complementar, e, portanto, têm os dois, perfeitamente, lugar.

Quanto ao orçamento apresentado, declarou em seu nome e em nome de todos os membros do Partido Socialista com assento nesta Assembleia Municipal que reconhecem algumas vantagens neste orçamento. Porque constam lá investimentos que lhes interessam, nomeadamente, investimento nas juntas de freguesia, e aqui as escolas, com certeza, porque não votariam contra, no entanto abstêm-se, precisamente por causa do seguro saúde, pessoalmente, continua a parecer-lhe uma questão ideológica.

O Presidente da Assembleia Municipal depois de concluído o período das intervenções, pôs este assunto a votação, tendo sido aprovados por maioria as Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e de Recrutamento, com seis abstenções dos Deputados do Partido Socialista, nomeadamente, António Manuel Marques dos Santos, Maria Virgínia Lopes Preto, Paulo Augusto Rodrigues Barbosa, Vera Lúcia Alves Ruano, Emanuel Pinto Bernardo e Bárbara Alexandra Couto Fráguas.

11. Assunção de compromissos plurianuais – Orçamento para o ano 2023 – Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para intervir neste ponto e, não se tendo verificado a intenção de inscrição por parte de nenhum dos membros presentes, passou à votação deste assunto, tendo sido aprovada por unanimidade a assunção de compromissos plurianuais relativos ao orçamento para o ano 2023, bem como dada autorização genérica para dispensa de autorização prévia por parte da Assembleia Municipal.

12. Delegação de competências no Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro, no domínio da Educação – Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado António Santos.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal explicou que no ano passado, em setembro, o Executivo Municipal já tinha feito, quando foram recebidas as competências do âmbito da educação, deixaram ficar a gestão nas escolas, a não ser o pagamento dos funcionários que lá



trabalham, que tem sido a Câmara Municipal a fazê-lo. As verbas que são enviadas são transferidas pela câmara municipal para o Agrupamento de Escola, verificando-se boa camaradagem entre o Agrupamento de Escolas e a Câmara Municipal. Encetaram conversações novamente este ano com o Agrupamento de Escolas tendo chegado novamente a acordo.

Encerradas as intervenções, foi posto este assunto a votação, tendo sido aprovada por unanimidade a delegação de competências no Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro, no domínio da Educação, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

O Deputado António Santos iniciou a sua intervenção dizendo que, se muitas vezes critica, e continuará a criticar sempre que o entender, neste caso, reconhece que o município tem feito tudo para que as coisas corram bem no âmbito da educação. Mencionou que tem havido uma colaboração leal, tendo em conta os interesses soberanos dos alunos e do território, e foi por isso que aceitou a delegação de competências por mais um ano.

O Presidente da Assembleia Municipal pôs este assunto a votação tendo sido aprovado por unanimidade a delegação de competências no Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro, no domínio da Educação, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

13. Proposta de alteração da Imagem de Marca do Município.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os membros seguintes: António Santos, Paulo Barbosa e Emanuel Bernardo.

Foi dado conhecimento aos membros desta Assembleia Municipal da proposta apresentada pelo Executivo Municipal para efeitos de alteração da Imagem de Marca deste Município.

O Deputado António Santos considera que é legítimo que mudem a imagem de marca, acha muito bem, porque mudaram as pessoas do Executivo e muda a marca.

Afirmou que, pessoalmente, não gosta da imagem apresentada, porque não vê Miranda com cor azul, vê Miranda com o vermelho, não vê aquilo que é suposto ser um sol, mas sim como um crescente, por cima do símbolo. Pessoalmente não gostou, mas acha que é legítimo.

Ao Deputado Paulo Barbosa parece-lhe estranha a cor do logótipo escolhida, principalmente por causa do símbolo do município, e gostaria que prestassem mais atenção aos detalhes do logótipo para não virem a ser alvo de chacota fora do Concelho. Referiu que é preciso ter um bocado de atenção, porque é muito importante, acha que a porta representada não está bem-feita, afirmando que é muito perigoso principalmente nas redes sociais.

Disse que a proposta número dois, apesar de ter uma imagem algo pesada por causa do arco, demonstra muito aquilo pelo que o atual Executivo tem estado a lutar, que são a capa de honra, e



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

os pauliteiros. Gostaria também que essa parte do logotipo fosse mais pensada com um bocadinho mais de carinho, porque é a imagem que vai ser utilizada em todo o lado. Acha que, é muito importante, principalmente porque acha que o primeiro logotipo é um logotipo muito pesado em termos até de utilização de cores, e graficamente mais caro.

O **Deputado Emanuel Bernardo** disse que, apesar de não gostar da imagem de marca apresentada, acha que se podia ter feito de uma forma diferente, tendo envolvido a própria população através das redes sociais, pondo quatro ou cinco propostas, ou seis para que a população acabasse por escolher, porque esta imagem vai identificar toda a população, deixando esta sugestão, por que lhe parece que era assim que deveria ter sido feito.

Foi dado conhecimento aos membros desta Assembleia Municipal da proposta apresentada pelo Executivo Municipal, para efeitos de alteração da Imagem de Marca deste Município.

14. Minuta de Protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Vila Chã da Braciosa no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os membros seguintes: António Santos e Camilo Vaz das Neves.

O **Deputado António Santos** elucidou que o comentário que vai fazer é para todos os pontos que vêm a seguir, porque é tudo basicamente o mesmo.

Colocou duas questões, a primeira refere-se à grande disparidade nos valores atribuídos a cada uma das juntas de freguesia, dizendo que deveria haver uma regulamentação, e que se devia também prever a disparidade na forma como as juntas de freguesia pedem o apoio, umas é com ofício para os projetos de limpeza, outras para aquisição de equipamento. Acha que deveria haver aqui algumas linhas condutoras para ajudar as juntas a formularem este tipo de protocolos, por forma a facilitar e tornar a situação mais transparente, ainda.

Mencionou que a questão colocada há pouco pelo Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Lísis Gonçalves, não tem a ver com estes protocolos, têm sim a ver com as verbas que têm afetas para a transferência das competências, através de protocolo, para as juntas de freguesia fazerem todo esse trabalho de limpeza das ruas e dos caminhos e se isso não sofre um aumento que acompanhe a inflação, o preço e os custos de mão-de-obra, tornar-se-á muito complicado. Parece-lhe ser essa a ideia que o Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho queria transmitir e com a qual concordam.



Acrescentou que há necessidade de haver alguma atualização, até porque o orçamento está feito por cima, e atendendo a isso, se calhar tem lugar para acomodar alguma correção nesse sentido.

O Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas, Camilo Vaz das Neves, cumprimentou todos quantos se encontravam presente e prosseguiu da seguinte forma:

“Este é um ponto que me interessa particularmente porque a minha freguesia também acabou por ser, não estava a pensar nisso, mas, à última da hora apareceu, e agradeço de facto ao Executivo esse esforço para conseguir trazer também os protocolos das freguesias que ainda não estavam contemplados na convocatória inicial.

Acabamos por receber ontem esta informação que, de facto, me agradou. E assim, acho que criamos aqui um bocadinho de equidade, logo em primeiro lugar, o facto de fazer os protocolos com todas as freguesias, coisa que nunca aconteceu no passado, portanto, antigamente era a conta-gotas. Eu posso dizer que, com o Executivo anterior, durante quatro anos, a Freguesia de Malhadas e teve um protocolo. Eu não tive na última Assembleia, em que foi apresentado o Protocolo da União de Freguesias de Sendim e Atenor. Eu, não sou contra os protocolos, e sempre me debati aqui para que o Executivo na altura criasse um critério para atribuir verbas por protocolos.

Nunca foi dito aqui na Assembleia qual era o critério, portanto, a ver se me entendem, no Executivo anterior, eu pedi que fossem esclarecidos quais eram os critérios, nunca isso aconteceu.

Agora percebi, e percebi exatamente pelo facto de no protocolo anterior aprovado aqui para a União de Freguesias de Sendim e Atenor, criar algum alarido. Eu não estive cá presente, questionei me como é que aquele protocolo tinha sido celebrado, mas depois percebi, e parece-me que houve gente aqui, na Assembleia desse dia, que não percebeu como é que se criou essa situação em termos de valor. E o que me foi explicado de facto, e penso que será dado a essa explicação. Não sei se me estou a antecipar à explicação. Esta disparidade, como o Professor António diz, não acho estranha essa disparidade. A gente acaba por criar e empolgar de certa forma, investimentos que pretende, mas, também não vamos receber mais do que aquilo que já está na ideia do Executivo. Pelo que eu percebi a ideia do Executivo é dar uma tranche a todas as freguesias exatamente igual à que vem do Fundo de Garantia das Freguesias.

Portanto, uma tranche foi um critério encontrado, não há mais, nem menos, ou um a levar mais, nem menos, por isto, ou por aquilo. O que aconteceu no passado, portanto, na Assembleia anterior, foi, o valor que é acrescido ao protocolo pelo trabalho que esse equipamento, no caso de ser equipamento, vai gerar em poupança no Executivo Municipal, que se traduz na poupança para



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

o Concelho inteiro. Eu, pessoalmente abduco deste tipo de investimento, outros meus colegas poderão querer, só faço aqui esta nota. Quer dizer, considero pouco ambicioso nessa parte, porque, da parte do Executivo, ter três anos a prestar serviço para o Município a troco, efetivamente, de um determinado valor, mas, que será justo. Porque se o Executivo não paga através de protocolo, a Junta de Freguesia terá de pagar a uma empresa, não é para executar os trabalhos que eles vão executar. Pelo que eu percebi, houve um levantamento do custo, do espaço realizar esses trabalhos, portanto, isso foi calculado aí, daí o valor encontrado, e a mim puseram-me à vontade quanto a isto quando reuni com o Executivo. Se eu quisesse equipamento que viesse a beneficiar, o Município acrescentaria uma verba àquilo que era a tranche do FEF. Foi isso que eu percebi, e de facto, encontrou-se um critério, agradeço de facto, essa vossa preocupação. Também considero que a ordem de trabalhos de hoje é um bocadinho extensa, e por acaso tenho um compromisso no Porto, às quatro horas da tarde, vou ter de me ausentar, daí eu antecipar agora a minha intervenção, porque não vou conseguir estar até que seja aprovado o protocolo da minha freguesia.

Agradeço, mais uma vez ao Executivo por esta preocupação e acho que todas as juntas acabaram por ter um protocolo, e ter equidade, coisa que no passado vinham aqui a conta gotas com os protocolos, e critério não havia.

Tenho dito, muito obrigado, e aproveito para desejar a todos um excelente e repleto ano dois mil e vinte e três cheio de saúde e paz para todos. Muito obrigado”

A Presidente da Câmara Municipal, dirigindo-se ao Deputado António Santos, perguntou se tinha percebido os critérios e a disparidade destes valores, explicando que tem a ver, precisamente, com o FEF que cada freguesia recebe. Portanto, a Câmara atribui a cada junta de freguesia o montante igual ao que cada uma recebe da transferência do Estado, verificando-se, por isso, esta disparidade de valores, porque uma determinada junta recebe um valor e outra junta recebe outro. E para encontrar um critério que não criasse desigualdades, foi esse o critério encontrado.

O Deputado António Santos disse que isso é ótimo e vai mesmo no sentido que ele estava a dizer. Referindo-se à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas, comentou que tinha percebido que além desse, há outros critérios que têm a ver com a poupança que o Executivo vai conseguir com a transferência de competências para as juntas de freguesia, ou seja, se a junta de freguesia se comprometer a limpar as ruas todas, a Câmara faz as contas de quanto é que vai poupar e dá-lhe esse dinheiro à junta.



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

A Presidente da Câmara Municipal relembrou ao Deputado António Santos que ele tinha estado na sessão anterior e que tinha percebido quando foi feita a votação o protocolo celebrado com a União de Freguesias de Sendim e Atenor.

O Deputado António Santos respondeu afirmativamente ao comentário feito pela Presidente da Câmara, afirmando que não põe em causa nenhum protocolo em questão, pelo contrário.

A Presidente da Câmara Municipal declarou que é tudo feito com total transparência, nem podem pensar que é feito de outra forma.

O Deputado António Santos disse que o que se quer é precisamente isso, e que se isso está definido, que é um FEF, já assim também os presidentes da Junta, em termos de futuro, sabem as linhas com que se cosem, e os projetos que podem fazer. Referindo que esta questão do FEF não tinha sido falada nesta Assembleia, nunca foi aprovado aqui.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal deu resposta ao Deputado António Santos, nos termos que se seguem:

"Quando estamos aqui, a intervenção foi feita para isso e foi sempre dito aos Presidentes de Junta que se acharem que podem fazer trabalhos que o município tem de fazer, nos estamos abertos para realizar esses protocolos também com eles.

A União de Freguesias de Sendim e Atenor, vai limpar as estradas municipais da freguesia de Sendim todas, nestes três anos, isso está escrito no protocolo. Se outras freguesias quiserem fazer isso, nós estamos sempre abertos.

Esta foi a nossa opção de atribuir o valor de mais um FEF, mas também podíamos ter optado por aumentar cinquenta por cento do valor que recebem. Podíamos ter tido essa opção, não tivemos foi este, observamos tempo para o ano ou podíamos ter tomado a opção de aumentar o que estavam a receber em vinte ou trinta por cento, e também era justo porque era para todos.

Este ano tomámos esta opção, para o próximo ano que vem, até já têm mais vantagens as juntas de freguesia, já tem esta opção nossa, e agora vão exigir mais quinze por cento, e nós Executivo temos de ir atrás deles, porque estamos abertos a negociação.

Temos de ir, porque sabemos que as juntas são as que estão mais próximas das pessoas, são as que trabalham bem, e são os que sabem o que faz falta. Nós só temos de estar atentos a que eles nos ajudem a trabalhar para os nossos cidadãos. Obrigado. Muito obrigado a todos."

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou se havia mais alguma apreciação ou algum comentário sobre esta questão dos protocolos.



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

Findas as intervenções, foi posto este assunto a votação, tendo sido aprovada por maioria a minuta do protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Vila Chã da Braciosa, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações, tendo-se abstraído da votação o respetivo Presidente da Junta de Freguesia, por motivo de incompatibilidade.

O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Lísis Gonçalves, dirigindo-se ao Vereador Vítor Bernardo lembrou-lhe que em conversa com este no seu gabinete de trabalho, tinha uma verba de dezasseis mil, cento e oitenta e seis euros, perguntando-lhe se tinha esquecido os quinhentos euros a respeito dos que tinham conversado.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal interveio para esclarecer que se trata de um trabalho que os serviços da Câmara tinham que fazer, com uma máquina, concretamente, mudar um determinado material de um local para outro, e que, a Junta de Freguesia de São Martinho se disponibilizou a mandar efetuar esse trabalho, e como lhe tinha sido garantido que a Câmara Municipal assumiria o encargo, esse valor lhe seria pago.

Assegurou que não está esquecido, e que esse valor não vem incluído no protocolo para que não se confundam os valores atribuídos, sendo conveniente que fique tudo bem claro.

Acrescentou que o protocolo respeitante à União de Freguesias de Ifanes e Paradela está aqui para ser assinado, explicando que não se trata do protocolo do FEF, mas que são trinta e cinco mil euros para fazer uma ponte, em Paradela, e sendo a execução do muro da responsabilidade da Câmara, e tendo-se a Junta de Freguesia disponibilizado para executar esses trabalhos, foi concretizado este protocolo para fazer face às respetivas despesas.

Quanto aos protocolos a celebrar com a União de Freguesias de Infantes e Paradela, e o protocolo a celebrar com a Junta de Freguesia de Duas Igrejas, informou que virão a esta Assembleia para aprovação em fevereiro do próximo ano.

O Presidente da Assembleia Municipal, não havendo mais intervenções, prosseguiu para votação, tendo sido aprovado por maioria a minuta do protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Vila Chã da Braciosa, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações, tendo-se abstraído da votação o respetivo Presidente de Junta de Freguesia, por motivo de incompatibilidade.



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

15. Minuta de Protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesias de Palaçoulo no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013 de 12 de setembro, com as posteriores alterações.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto e, não se tendo verificado a inscrição de nenhum dos membros, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por maioria a minuta do protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Palaçoulo, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações, tendo-se abstraído da votação o respetivo Presidente de Junta de Freguesia, por motivo de incompatibilidade.

16. Minuta de Protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a União de Freguesia de Ifanes e Paradela no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013 de 12 de setembro, com as posteriores alterações.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto e, não se tendo verificado a inscrição de nenhum dos membros, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por maioria a minuta do protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a União de Freguesias de Ifanes e Paradela, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações por maioria, com a abstenção do respetivo Presidente de Junta de Freguesia, a minuta do protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a União de Freguesias de Ifanes e Paradela, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações, tendo-se abstraído da votação o respetivo Presidente de Junta de Freguesia, por motivo de incompatibilidade.

17. Minuta de Protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesias de Miranda do Douro no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013 de 12 de setembro, com as posteriores alterações.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto e, não se tendo verificado a inscrição de nenhum dos membros, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por



maioria a minuta do protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Miranda do Douro, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações, tendo-se abstraído da votação o respetivo Presidente de Junta de Freguesia, por motivo de incompatibilidade.

18. Minuta de Protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Picote no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013 de 12 de setembro, com as posteriores alterações.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto e, não se tendo verificado a inscrição de nenhum dos membros, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por maioria a minuta do protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Picote, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações, tendo-se abstraído da votação o respetivo Presidente de Junta de Freguesia, por motivo de incompatibilidade.

19. Minuta de Protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a União de Freguesias de Silva e Águas Vivas no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013 de 12 de setembro, com as posteriores alterações.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto e, não se tendo verificado a inscrição de nenhum dos membros, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por maioria a minuta do protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a União de Freguesias de Silva e Águas Vivas, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações, tendo-se abstraído da votação o respetivo Presidente de Junta de Freguesia, por motivo de incompatibilidade.

20. Minuta de Protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Genísio no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013 de 12 de setembro, com as posteriores alterações.



O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto e, não se tendo verificado a inscrição de nenhum dos membros, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por maioria a minuta do protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Genisio, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações, tendo-se abstraído da votação o respetivo Presidente de Junta de Freguesia, por motivo de incompatibilidade.

21. Minuta de protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a União de Freguesias de Constantim e Cicouro, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto e, não se tendo verificado a inscrição de nenhum dos membros, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por maioria a minuta do protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a União de Freguesias de Constantim e Cicouro, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações, tendo-se abstraído da votação o respetivo Presidente de Junta de Freguesia, por motivo de incompatibilidade.

22. Minuta de protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia da Póvoa, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto e, não se tendo verificado a inscrição de nenhum dos membros, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por maioria a minuta do protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Póvoa, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações, tendo-se abstraído da votação o respetivo Presidente de Junta de Freguesia, por motivo de incompatibilidade.

23. Minuta de protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Malhadas, no âmbito das atribuições e competências



Handwritten signature or initials in the top right corner.

conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto e, não se tendo verificado a inscrição de nenhum dos membros, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por maioria a minuta do protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de Malhadas, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações, tendo-se abstraído da votação o respetivo Presidente de Junta de Freguesia, por motivo de incompatibilidade.

24. Minuta de protocolo de apoio financeiro a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira, no âmbito das atribuições e competências conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto e, não se tendo verificado a inscrição de nenhum dos membros, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por maioria a minuta do protocolo de apoio financeiro, a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira, no âmbito das atribuições e competências, conferidas aos respetivos órgãos executivo e deliberativo, previstas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, com as posteriores alterações, tendo-se abstraído da votação o respetivo Presidente de Junta de Freguesia, por motivo de incompatibilidade.

25. Pedido de colocação de sinalização de trânsito solicitado pelo requerente João Filipe de Rodrigues da Silva e Ferreira França – Rua Rainha D. Catarina – Freguesia de Miranda do Douro.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado António Santos.

O **Deputado António Santos** expôs que considera legítima a pretensão do dono do restaurante de não permitir que estacionem em frente à porta, porque impede o funcionamento do estabelecimento. Mas, acha que o que está aqui a aprovar não é o pedido dele, mas sim o parecer dos serviços técnicos, porque ele só pedia para proibir o estacionamento, no entanto, o que está escrito na informação técnica é proibir o estacionamento e a paragem de veículos.

Atenta que isso só lhe vai trazer perturbações ao proprietário, porque se não se puder parar, sendo a alegação que chegam os deficientes que vão ao restaurante, nos seus carros, para saírem dos



Handwritten initials and a signature.

veículos e poderem entrar é desconfortável. Se agora nem puderem parar, só lhe vai trazer problemas, e se ele só pede proibição de estacionar em frente ao restaurante, se for lá colocado sinal de proibição de estacionar e parar, afirmou que isso só vai prejudicar um restaurante de portas abertas porque nem sequer se pode lá parar para saírem as pessoas para irem comer, face a esta situação parece-lhe que esta questão devia ser repensada.

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou se todos, dentro deste contexto, concordavam que fosse apenas colocada sinalização apenas de proibido estacionar.

Não havendo mais intervenções, foi posto este assunto a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, a colocação de sinalização de trânsito de proibição de estacionamento, em frente ao Restaurante Balbina, sito na Rua Rainha D. Catarina, n.º 1, em Miranda do Douro.

26. Pedido de sinalização – Colocação de almofada redutora de velocidade nas aldeias de Águas Vivas e do Palancar.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado António Santos.

Concluídas as intervenções, foi posto este assunto a votação, tendo sido aprovada por unanimidade a colocação de almofada redutora de velocidade nas aldeias de Águas Vivas e do Palancar.

Ao Deputado António Santos parece-lhe muito bem a colocação destas almofadas redutoras, porque é uma ambição das populações e é muito positivo.

Reconheceu que finalmente se colocaram as reduções de velocidade na estrada nacional junto à ponte, o que também considera muito positivo.

Perguntou, porque não percebeu, a razão pela qual cortaram o acesso naquela ruazinha ao lado do supermercado “Meu Super”, interrogando se aquilo é uma via pública ou um passeio pedonal.

A Presidente da Câmara Municipal respondeu-lhe que aquilo é um passeio pedonal.

O Vereador Vítor Bernardo acrescentou, a este respeito, que as Infraestruturas de Portugal tinham entrado em contacto com ele a perguntar por que motivo não podiam passar veículos naquela viela, ao que respondeu que não podiam passar veículos porque saiam diretamente para a passadeira que existe na estrada nacional, e além disso trata-se de um passeio pedonal e não de uma via para veículos. Tendo acabado por lhes dizer que isso implicaria uma contraordenação muito grave e o pagamento da respetiva multa.

Apontando que se verificava ali o paradoxo de, eventualmente, vir um transeunte a atravessar a passadeira elevada e ser atropelado por um carro.



O Presidente da Assembleia Municipal perguntou se havia mais alguém disposto a intervir, e não se tendo manifestado nenhum dos presentes, prosseguiu para votação, tendo sido aprovado por unanimidade a colocação de almofada redutora de velocidade nas aldeias de Águas Vivas e do Palancar.

27. Pedido de colocação de sinalização de trânsito proposto pela Divisão de Ambiente e Gestão Urbana da Câmara Municipal – Largo da Sé – Freguesia de Miranda do Douro.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os membros António Santos, Eduardo L. Tiago B. Sanches da Gama, Francisco Parreira e Jorge Jacoto Lourenço.

O Deputado António Santos, apresentou a sua intervenção da forma que se segue:

“Já perceberam que eu sou muito sensível a esta questão dos estacionamento na zona antiga. Eu pessoalmente sou contra esta alteração, acho que não faz qualquer sentido. Nos tempos que correm, não resulta daqui nenhum benefício para a população proibir o estacionamento ali a seis ou sete carros, quando as pessoas querem ir à Caixa Agrícola, quando querem ir aos Correios, querem ir ao Banco, querem ir a própria Sé. O estacionamento que foi criado ali por trás não é alternativa viável, como sabem, é bastante acidentado. A mim causa-me sempre arrepios quando são feitas alterações sem um objetivo concreto de melhoria da vida das populações. Acho que proibir, é uma senha de proibição. Sobretudo, porque a alegação da proposta tem a ver com os turistas, porque há turistas que vêm a Miranda, querem tirar fotografias. Que venham mais cedo, que madruguem, quando não há lá ninguém, ou que vão ao fim da tarde.

Eu sinceramente acho que, e vejo pessoalmente, porque vivo ali diariamente, quando quero ir a um destes serviços não tenho onde pôr o carro, e ir deixar o carro lá por trás.

Eu a princípio ainda pensei que se estavam a referir ao lado da catedral, que aí sim, fazia sentido que às vezes há carros que abusam e quase que se encostam à catedral, e eu acho isso horrível e devia ser criada ali uma margem de segurança. Agora, em frente à escadaria, ou no sítio onde se faz a fogueira, ali não perturba ninguém, ainda por cima, é um nível mais baixo do que o próprio piso da catedral. Não vejo ali qual é o problema, sinceramente, eu arrepio-me sempre com este tipo de situações. É fácil proibir, mas depois as populações é que são afetadas e perdem regalias, e não contribui em nada para a melhoria da sua qualidade de vida.

O Deputado Eduardo L. Tiago B. Sanches da Gama perguntou se este assunto é para votar, se é para proibir o estacionamento ou para que é, tendo sido informado que era para aprovar a proibição de estacionamento em frente à escadaria da Sé.



Prosseguiu prestando as seguintes declarações:

“Bem, isto só vem com quinhentos anos de atraso. É o maior crime. Até hoje estacionar, Zamora há cinquenta anos, ou há trinta anos, que não estaciona em frente à Catedral. É assim, não é para a fotografia, são as próprias lajes da Sé, eu posso dizer isso por experiência própria, a minha mãe, trabalhou como diretora no Património Cultural, não se conseguem mudar. Como eu sempre disse, e no futuro há de se ver, que os carros de bois, nunca podem descer as escadas, porque aquelas escadas se partirem nunca mais vão ter as pedras originais. Nós vamos estragar o maior património de Miranda. Podem dizer que a barragem é isto e aquilo, mas como a Sé não arranjam, e no Norte, só para dizer lhes dizer uma coisa, numa reunião do Património Cultural, a diretora da Sé do Porto, estava a minha mãe e a diretora da Sé do Porto, e a minha mãe disse, é preciso, não sei quê para a estrada de Miranda, e diz a diretora da Sé do Porto, é que a Senhora Doutora tem uma Sé à séria. É só para verem o nível. Nós temos de preservar. Mas eu digo, no tempo do meu pai, retiraram-se, as camionetes do Cabanelas, que estacionavam em frente à Caixa Geral de Depósitos, que era uma casa minha antiga, o casão, houve ali um acidente que destruiu a balaustrada em mil novecentos e setenta e nove, que foi preciso chamar quase pessoas do estrangeiro para recuperar aquilo. E houve um estudo, que foram aqueles postos em frente, onde é hoje “O Cartolinha”, que houve um camião, numa obra que estacionou e partiu aquilo. É assim, nós estamos a discutir isto, qualquer dia estamos a discutir que nem se vai poder passar por esse Largo da Sé. Eu acredito no futuro vai ser isso. Em qualquer cidade da Europa, do mundo, que eu ainda agora vim do Peru, de Jerusalém, da Jordânia. Não estou contra ninguém, estou a dizer, que estão a ver mal as coisas, é que, na laje não se deve estacionar. Quando as pessoas têm uma placa, e as pessoas iam ao café, e punham os carros em cima, às vezes ia incomodar as pessoas, para não estacionarem ali, porque estavam a estragar. Se virem as fotografias antigas aquilo já teve um olmo do lado esquerdo, à frente da Sé.

Neste momento, eu não estou contra o professor António segunda. É só para explicar que, quando damos muito de nós por uma causa, é uma luta minha, pessoal e já era da minha mãe, que é a coisa mais importante ali, é ter a Sé livre, se por acaso um carro se distrai, e bate na parede, um camião, sem querer, os gases, só pelo facto de os gases estarem a um metro, não sabem o desgaste que fazem. Se forem ver os monumentos em Lisboa, graças a Deus nós temos, o que faz destruição ao granito, e se calhar estão aqui pessoas, arquitetos, que podem dizer isso. É importantíssimo isso, é o passo mais importante. Tenho dito”



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

O Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro, Francisco Parreira, declarou que concorda plenamente com esta alteração que vão fazer ao estacionamento, no entanto, propôs que fossem dispensados um ou dois lugares para deficientes, porque são os que mais precisam, para ficarem mais perto dos locais para onde pretendem deslocar-se. Referindo que os demais automobilistas têm outros estacionamentos para estacionar, embora afastados da Sé.

O Presidente da Junta de Freguesia de Picote, Jorge Jacoto Lourenço, disse a respeito desta temática que para acabar de vez com este problema é colocar sinalização de proibido parar e estacionar em frente à Sé, caso contrário vai-se correr o risco de dizerem que param naquele local só um bocadinho e vão continuar a utilizar aquele espaço.

O Vereador Vítor Bernardo referiu que estaciona sempre no parque de estacionamento da muralha.

O Deputado António Santos disse que para quem trabalha no edifício da Câmara Municipal fica mais perto, mas que não é alternativa para pessoas que tenham problemas em deslocar-se, pessoas com deficiência, apelando ao bom senso.

Comentou que se vai cortando num lado e criando noutro, e que se vai fazendo isso assim, mas manifestou que a ele lhe repugna isso, porque compreende que se deve proteger o património, acha fundamental, mas que há formas de ultrapassar essa questão, e que há outras formas de mitigar essas situações.

O Presidente da Assembleia Municipal, depois terminadas as intervenções, pôs a votação este assunto, tendo sido aprovada por maioria a colocação de sinalização de estacionamento proibido, proposto pela Divisão de Ambiente e Gestão Urbana da Câmara Municipal, junto à balaustrada da Concatedral de Miranda do Douro, sita no Largo da Sé, da Freguesia de Miranda do Douro, com o voto contra do Deputado António Santos.

28. Modificação objetiva do contrato de conceção, construção e prestação de serviços relativos à exploração e gestão de um sistema de remoção e tratamento de resíduos sólidos urbanos, celebrado com a Ferrovial Serviços, S.A., em 23 de maio de 2000 – Segunda modificação do contrato.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado António Santos.

O Deputado António Santos solicitou esclarecimento a respeito desta modificação, questionando se esta permitiu renegociar algumas das questões que já foram aqui faladas, nomeadamente, a



Handwritten signature or initials in the top right corner.

frequência da recolha de lixo, o reforço da recolha nos períodos críticos, como por exemplo, no Natal, ou se é meramente uma assinatura de continuidade em relação ao passado.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões colocadas, começando por dizer que se deram muitas alterações, e que devido ao montante nunca concorrem outras empresas. Explicou que, devido ao valor da prestação de serviços de recolha do lixo, que está um caos, porque tem estado sempre a subir, desconhece qual vai ser o preço de mercado que vai ser praticado num futuro próximo. Transmitiu que o Executivo Municipal renegociou este contrato, e embora não tenham exigido demasiado, foram mais exigentes que o habitual. Tal como os municípios de Vimioso, Vinhais, e Bragança, que se encontram na mesma situação.

O Presidente da Assembleia Municipal, depois de findas as intervenções, pôs a votação o assunto aludido em epígrafe, tendo sido aprovada por unanimidade a segunda modificação objetiva do contrato de conceção, construção e prestação de serviços relativos à exploração e gestão de um sistema de remoção e tratamento de resíduos sólidos urbanos, celebrado com a Ferrovial Serviços, S.A., em 23 de maio de 2000.

29 - Apreciação da informação a prestar pela Sr.^a Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para intervir neste ponto e, não se constatando a inscrição de nenhum dos membros presentes, passou a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara Municipal para elucidar a respeito das matérias que constam na sua informação, tendo abordado resumidamente assuntos contidos na mesma, a respeito do que todos os membros deste órgão deliberativo ficaram cientes.

A Presidente da Câmara Municipal referiu que já tinham sido aqui abordados vários assuntos, alguns dos quais constam na informação remetida a esta Assembleia, aproveitando este momento para convidar todos os presentes a comparecer no concerto de Ano Novo, que decorrerá no próximo dia um de janeiro, na Concatedral de Miranda do Douro, pelas dezassete horas. Pois, é uma forma bonita de começar o ano, celebrando o início do Ano Novo com música.

Mencionou que o grupo que vai atuar é o Ensemble de Sopros Mie Miranda, da Mie Miranda – Associação Cultural, sendo esta uma daquelas iniciativas culturais que dá início a uma panóplia de iniciativas culturais ao longo do Ano Novo. A Perguntou se algum dos membros presentes pretendia colocar alguma questão a respeito das informações que foram que lhes foram reportadas, disponibilizando-se para responder.



Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por terminada a sessão
eram catorze horas.

O Presidente da Assembleia Municipal



Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal

A Secretária da Sessão


